

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2024
SECRETARIA MUNICIPAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SMCT
CHAMAMENTO PÚBLICO CP – SMCT Nº 02/2024

1. INTRODUÇÃO

1.1. O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, por meio da Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia, torna público que fará realizar **CHAMAMENTO PÚBLICO** para escolha de Organizações da Sociedade Civil, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e posteriores alterações e do Decreto Municipal nº 42.696/2016, para celebração de Termo de Colaboração, nas condições devidamente descritas, caracterizadas e especificadas neste Edital e no Plano de Trabalho (Anexo I), parte integrante do presente Edital.

1.2. O presente Chamamento Público e a parceria dele decorrente se regem por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente pelas normas da Lei Federal nº 13.019, de 31.07.2014 e suas alterações; do Decreto Municipal nº 42696 de 2016; do Decreto Municipal nº 21.083, de 20.02.2002 (cota para pessoas negras e mulheres); do Decreto Municipal nº 32.318, de 7.06.2010; pelas normas do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro (CAF), instituído pela Lei Municipal nº 207, de 19.12.1980, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar Municipal nº 01, de 13.09.1990; pelas normas do Regulamento Geral do Código supracitado (RGCAF), aprovado pelo Decreto Municipal nº 3.221, de 18.09.1981 e suas alterações; bem como as normas constantes deste Edital e seus Anexos, normas que as organizações concorrentes declaram, pela sua participação no certame, conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.

1.3. As retificações do Edital, por iniciativa oficial ou provocada por eventuais impugnações, serão acatadas por todas as organizações da sociedade civil participantes e serão divulgadas pela mesma forma que se deu publicidade ao presente Edital, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

1.4. O Chamamento Público a que se refere este Edital poderá ser adiado, revogado por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulado, sem que caiba às organizações da sociedade civil participantes qualquer direito à reclamação ou indenização por estes motivos.

JC



TECPRO202400021V02



1.5. Os interessados poderão solicitar, por escrito, esclarecimentos acerca do objeto deste Edital ou interpretação de qualquer de seus dispositivos em até 5 (cinco) dias úteis antes da data marcada para início da sessão pública. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados aos cuidados da Comissão de Seleção e protocolados no endereço da Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia – SMCT: Rua Afonso Cavalcanti, nº 455, Anexo, 9º andar – Sala nº 906 – CEP.: 20.211-110 ou pelo e-mail GCCSMCT@GMAIL.COM, em horário comercial.

1.6. Os interessados poderão formular impugnações ao Edital em até 5 (cinco) dias úteis anteriores à abertura da sessão pública, no endereço mencionado no subitem 1.5, em horário comercial. Decairá do direito de impugnar o Edital perante a Administração o participante que não o fizer tempestivamente.

1.6.1. As Impugnações deverão ser decididas pela Comissão de Seleção em até 3 (três) dias úteis antes da sessão pública, com a divulgação da decisão pela mesma forma que se deu publicidade ao presente Edital.

1.6.2. Não serão aceitas impugnações ao Edital encaminhadas por serviço postal, e-mail ou fac-símile.

1.7. Este Edital e seus Anexos serão disponibilizados no sítio <https://cienciaetecnologia.prefeitura.rio>, bem como na sede da SMCT, no endereço descrito no subitem 1.5, podendo os interessados comparecerem munidos de *pen drive* para gravação dos arquivos.

1.7.1. A versão impressa do Edital e de seus anexos poderá ser adquirida mediante o pagamento de sua reprodução gráfica, através de DARM-RIO. Neste caso, quando da retirada da versão impressa do Edital e de seus anexos, a organização da sociedade civil deverá apresentar comprovante de pagamento constando a sua denominação ou razão social, o seu número de inscrição no CNPJ e o nº deste Edital.

2. AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO

2.1. A autorização da Sra. Secretária Municipal de Ciência e Tecnologia (conforme art. 252 do CAF), consta do Processo Administrativo nº TEC-PRO-2024/00021, de 11/01/2024, tendo sido publicada no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. RIO de 22/02/2024.



3. DIA, HORÁRIO E LOCAL DE ENTREGA DE ENVELOPES

3.1. No dia 20 de maio de 2024, às 10:00 (dez horas), a Comissão de Seleção estará reunida na sede da Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia - SMCT, na Rua Afonso Cavalcanti nº 455, Anexo, 9º Andar – sala nº 906, para receber os envelopes referentes ao presente Chamamento Público.

3.2. No caso do Chamamento Público não poder ser realizado na data estabelecida, será o mesmo transferido para o primeiro dia útil posterior, no mesmo horário e local, salvo quando houver designação expressa de outra data pela Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia, situação na qual se dará divulgação pelas mesmas formas que se deu publicidade ao presente Edital.

4. DO OBJETO

4.1. O objeto do presente edital, tal qual disposto em Plano de Trabalho, visa o fornecimento de informações a Organizações da Sociedade Civil de natureza social e/ou educacional, cedidas e/ou com filial no município do Rio de Janeiro, interessadas em apresentar proposta para a celebração de Termo de Colaboração, com fundamento na lei Federal 13.019/2014, a fim de realizar a execução integral do projeto “**Nave Satélite**”, cujo objetivo é a implantação de 3 unidades em diferentes áreas de planejamento da cidade, com foco em realização de estratégias formativas em tecnologias da informação e inserção no mercado de trabalho, letramento digital e acesso à direitos, abordagem STEAM, acesso à novas tecnologias, tendo como premissa a democratização do conhecimento a fim de que todos as regiões atendidas tenham acesso às oportunidades oferecidas pelas tecnologias digitais, tais ações podem configurar-se como cursos, oficinas, workshops e eventos. O público alvo é composto de público infantil, jovens e também para adultos e pessoas da terceira idade. O objetivo do programa é criar e oferecer aos usuários diversos ambientes de alta tecnologia com interfaces de comunicação e objetos midiáticos digitais que sejam intuitivos e de fácil utilização.

5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. Os recursos necessários à realização do objeto ora selecionado correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA MUNICIPAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SMCT
PROGRAMA DE TRABALHO: 36.01.19.573.0646.2937
CÓDIGO DE DESPESA: 3.3.50.85.08
FONTE DE RECURSO: 1.500.100

5.2. O desenvolvimento do Plano de Trabalho totalizará a importância de R\$ 8.926.415,68 (oito milhões, novecentos e vinte e seis mil, quatrocentos e quinze



TECPRO202400021V02



reais e sessenta e oito centavos), conforme detalhamento estabelecido na Planilha de Custos (Valores Estimados) (Anexo II).

6. PRAZOS

6.1. Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no órgão ou entidade.

6.2. O prazo da execução do objeto ora selecionado é de 12 (doze) meses, tendo início a partir da publicação do extrato do Termo de Colaboração/Fomento no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro.

6.3. O prazo previsto no subitem 6.2 poderá ser prorrogado, por meio de termo aditivo, por iguais e sucessivos períodos, limitada a duração a 60 (sessenta) meses, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração Pública e o cumprimento das metas e indicadores estabelecidos.

6.3.1. Quando a prorrogação for solicitada pela Organização da Sociedade Civil deverá ser devidamente formalizada e justificada em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do termo inicialmente previsto da parceria.

6.3.2. Por ocasião da prorrogação da vigência da parceria, os repasses financeiros para consecução dos seus objetos poderão ser reajustados para o novo período da parceria, desde que mantida a vantajosidade para a Administração e observados os seguintes fatores:

6.3.2.1. No caso das despesas e custos atrelados à mão de obra principal utilizada no objeto da parceria, deverá ser demonstrada de forma analítica a variação dos custos conforme acordo ou convenção coletiva de regência da categoria.

6.3.2.2. Em relação aos demais custos e despesas previstos no Termo, será observado o reajuste medido pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - Especial (IPCA-E) do IBGE, a cada período de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do extrato do Termo.

6.3.2.3. Fica vedada a inclusão de benefícios não previstos na proposta inicial da parceria, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva.

6.3.2.4. Em qualquer hipótese de reajuste previsto neste item, o pleito deverá ser apresentado através de planilha analítica, sendo submetida à análise da Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia - SMCT

6.3.2.5. Os eventuais reajustes serão objeto de preclusão com a assinatura da



TECPR0202400021V02



prorrogação da parceria ou com o seu encerramento.

6.4. Os prazos relativos aos recursos administrativos são disciplinados em seção própria deste Edital.

7. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1. Poderão participar do presente Chamamento Público as Organizações da Sociedade Civil que atenderem às exigências constantes deste Edital, que não possuam 12 (doze) ou mais instrumentos jurídicos vigentes celebrados com o Município do Rio de Janeiro, que funcionem sem realizar subdelegação para execução de quaisquer de suas atividades-fim e que possuam normas de organização interna que prevejam, expressamente:

7.1.1. objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;

7.1.2. que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei nº 13.019/2014 e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da organização extinta;

7.1.3. escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;

7.1.4. que possuam existência legal no mínimo de 3 (três) anos, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ; experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante; e instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas;

7.2. As organizações religiosas e as sociedades cooperativas são dispensadas da comprovação dos subitens 7.1.1 e 7.1.2.

7.3. Estão impedidas de participar deste Chamamento Público as organizações da sociedade civil que:

7.3.1. não estejam regularmente constituídas ou, se estrangeiras, não estejam autorizadas a funcionar no território nacional;

7.3.2. estejam omissas no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

M



7.3.3. tenham como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração ou de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

7.3.4. tenham tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se:

7.3.4.1. for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;

7.3.4.2. for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;

7.3.4.3. a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;

7.3.5. tenham sido punidas com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

7.3.5.1. suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

7.3.5.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;

7.3.5.3. suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da Administração Pública Municipal;

7.3.5.4. declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo.

7.3.6. tenham tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irreversível, nos últimos 8 (oito) anos;

7.3.7. tenham entre seus dirigentes pessoa:



7.3.7.1. cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos;

7.3.7.2. julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

7.3.7.3. considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992.

7.3.8. tenham 12 (doze) ou mais instrumentos jurídicos vigentes celebrados com a Administração Pública Municipal.

7.4. Não será permitida a participação de organização da sociedade civil que possua em sua diretoria pessoas que participem da diretoria de outra organização da sociedade civil que possua Termo de Colaboração ou de Fomento vigente celebrado com a Administração Municipal.

7.5. Não será permitida a participação de mais de uma organização da sociedade civil sob o controle de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas, observando-se ainda o que dispõe o Decreto nº 42696/2016.

7.6. Não será permitida a participação de organização da sociedade civil cujos dirigentes, gerentes ou associados sejam servidores do Município ou de suas entidades, fundações ou autarquias, ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data deste Edital. Conforme o art. 2º, do Decreto Municipal nº 19.381/2001, também será vedada a participação de entidades que possuam em seus quadros funcionais, profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões de sua estrutura, nos últimos 12 (doze) meses, devendo apresentar declaração de atendimento às disposições desse Decreto (ANEXO VIII).

8. REPRESENTAÇÃO NO PROCESSO

8.1. As organizações da sociedade civil participantes poderão ser representadas em todas as etapas deste Chamamento Público por seu representante legal ou por agente credenciado regularmente constituído.



TECPRO202400021V02



8.2. Por credencial entende-se:

8.2.1. Procuração passada por instrumento público ou particular, que contenha no mínimo poderes “ad negocia” para manifestar a intenção de recorrer e de desistir dos recursos, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da organização da sociedade civil;

8.2.2. Carta de credenciamento devidamente preenchida nos termos do Anexo IV.

8.3. O representante legal deverá apresentar documento comprobatório de legitimidade para representar a organização da sociedade civil, via de regra, o ato constitutivo da organização da sociedade civil e a ata de eleição da diretoria vigente, nos quais estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações. O agente credenciado deverá apresentar procuração ou carta de credenciamento acompanhada de documento comprobatório de que o mandante ou de que o signatário da carta possui poderes para tanto.

8.4. O representante legal ou o agente credenciado, antes da entrega dos envelopes e da credencial, deverá identificar-se exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente.

8.5. A carta de credenciamento ou a procuração, o ato constitutivo da organização da sociedade civil e a ata de eleição, para fins de credenciamento, deverão ser entregues separadamente dos envelopes “A” e “B”, referidos no item 9.01 deste Edital, sem prejuízo da regra descrita no subitem 12.01.

8.6. Encerrada a fase descrita nos subitens **8.1, 8.2, 8.3 e 8.4**, iniciada no horário previsto no subitem **3.1**, não mais serão admitidos novos proponentes, devendo a Comissão de Seleção lavrar na ata o recebimento dos envelopes de proposta e documentação de habilitação.

9. APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS

9.1. No local, data e hora estabelecidos no subitem 3.1, as organizações da sociedade civil interessadas neste Chamamento Público apresentarão os documentos e as propostas exigidos no presente Edital em 02 (dois) envelopes opacos, indevassáveis e lacrados, constando obrigatoriamente da parte externa de cada um as seguintes indicações:

K



ENVELOPE "A" - PROPOSTA

SECRETARIA MUNICIPAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SMCT

CHAMAMENTO PÚBLICO CP - SMCT Nº 01/2024

[NOME COMPLETO E ENDEREÇO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL]

ENVELOPE "B" - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SMCT

CHAMAMENTO PÚBLICO CP - SMCT Nº 01/2024

[NOME COMPLETO E ENDEREÇO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL]

10. FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS

10.1. Os documentos dos ENVELOPES "A" – PROPOSTA - e "B" – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO - serão apresentados na forma estabelecida nos itens a seguir.

10.1.1. A proposta constante do ENVELOPE "A" será apresentada de acordo com o roteiro estipulado no item 11 deste Edital, sendo de exclusiva responsabilidade da organização da sociedade civil proponente, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração após sua entrega à Comissão de Seleção, na forma do **item 9** deste Edital, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.1.2. Não assistirá à proponente qualquer direito autoral sobre a proposta apresentada, podendo o Município do Rio de Janeiro utilizá-la para atingir os objetivos previstos no Termo de Colaboração objeto deste certame ou de outros que venha a realizar.

10.2. Não serão admitidas, sob quaisquer motivos, modificações ou substituições da proposta ou de quaisquer documentos, uma vez entregues os envelopes na forma do **subitem 9.1**.

10.3. As organizações da sociedade civil participantes arcarão com todos os custos relativos à apresentação das suas propostas. O Município do Rio de Janeiro, em nenhuma hipótese, será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos realizados no Chamamento Público ou os resultados dele decorrentes.

10.4. A Comissão de Seleção poderá requisitar, a qualquer tempo, a via original dos documentos exigidos neste Edital.

K



10.5. É facultada à Comissão de Seleção, em qualquer fase do Chamamento Público, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior do documento ou informação que deveria constar originalmente na proposta.

10.6. Os documentos exigidos no ENVELOPE "B" - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO - poderão ser apresentados no original ou em cópia reprográfica autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou publicação em órgão da imprensa oficial, e rubricados pelo representante legal da organização da sociedade civil, ou seu agente credenciado, e acompanhados das respectivas certidões de publicação no órgão da imprensa oficial, quando for o caso. As folhas da documentação serão numeradas em ordem crescente e não poderão conter rasuras ou entrelinhas. Na hipótese de falta de numeração, numeração equivocada ou ainda inexistência de rubrica do representante legal ou agente credenciado nas folhas de documentação, poderá a Comissão de Seleção solicitar a quem tenha poderes para tanto que sane a incorreção. Em caso de descumprimento das formalidades acima por falta de representante legal ou agente credenciado, bem como sua recusa em atender ao solicitado, a organização da sociedade civil será inabilitada.

10.7. Somente será avaliada a documentação de habilitação da organização da sociedade civil que apresentar a melhor proposta. O ENVELOPE "B" – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO – das demais organizações da sociedade civil ficará em poder da Comissão de Seleção até a assinatura do Termo de Colaboração/Fomento pela organização da sociedade civil vencedora do certame, momento em que sua retirada pelos representantes será permitida. Caso tais documentos não sejam retirados até 5 dias úteis após a publicação do extrato do Termo de Colaboração/Fomento, do D.O. Rio, estes serão destruídos.

11. PROPOSTA

11.1. A Proposta deverá ser apresentada em texto digitado, em papel formato A4, com margem esquerda igual a 3cm, margem direita igual a 1cm e margens superior e inferior iguais a 3cm, com espaçamento 1,5 entre as linhas e em fonte verdana, tamanho 10. Deverá ser elaborada de acordo com o roteiro a seguir, observadas ainda as condições estabelecidas no Plano de Trabalho (Anexo I).

11.2. Constituem os tópicos essenciais da Proposta:

11.2.1. **ÍNDICE:** Deverá conter a paginação correta e todos os tópicos da Proposta.



TECPRO202400021V02



11.2.2. APRESENTAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

Deverá conter um breve histórico/currículo da organização da sociedade civil com o relato de sua experiência na área de interesse do objeto do edital, destacando se já trabalhou com a modalidade de atividade e o público alvo específico do presente edital. Neste item a Organização da sociedade civil deverá relatar se já ganhou algum prêmio ou concurso de projetos, bem como se participa de algum Fórum, Rede ou Associação que discuta a temática em questão neste edital, especificando qual a modalidade de participação (direção, coordenação, membro de grupo de trabalho ou comissão etc).

11.2.3. CONHECIMENTO DO PROBLEMA: Consistirá em uma dissertação própria da organização da sociedade civil a ser desenvolvida com base na sua experiência anterior sobre o objeto do Termo de Colaboração que se pretende celebrar a partir do presente Edital (**serão desclassificadas as propostas que simplesmente copiarem os dados do Plano de Trabalho**). Deverá ser demonstrado: a) conhecimento sobre as políticas setoriais constantes do Plano de Trabalho (apresentação de conhecimento sobre a legislação, políticas e programas nacionais e municipais); b) apresentação de discussão técnica sobre as modalidades de atendimento dos programas previstos no Plano de Trabalho; c) informações e dados sobre os trabalhos similares já realizados pela organização da sociedade civil; d) dificuldades e desafios encontrados para sua realização; e) soluções propostas para superá-los.

11.2.4. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES: Apresentação dissertativa discriminando as atividades a serem desenvolvidas, os prazos, os produtos ou serviços, e a metodologia empregada, conforme descrito no Plano de Trabalho (Anexo I). **As propostas que meramente repetirem o conteúdo do Plano de Trabalho serão desclassificadas.**

11.3. As propostas serão julgadas de acordo com:

- (i) o grau de adequação aos objetivos específicos do programa ou ação em que se insere o objeto da parceria;
- (ii) a experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;
- (iii) a capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades previstas e o cumprimento das metas estabelecidas;
- (iv) o preço/valor de referência.



11.3.1. A proposta será julgada por meio de pontuação, considerando-se os parâmetros estabelecidos abaixo:

A	Fator Grau de Adequação	De 0 a 10
	(i) Grau de adequação aos objetivos específicos do programa ou ação em que se insere o tipo de parceria.	
E	Fator Experiência	De 0 a 10
	(i) Experiência da organização da sociedade civil correspondente ao tempo, em anos, na execução do objeto da parceria ou de natureza semelhante. (ii) Experiência da organização da sociedade civil correspondente à quantidade de instrumentos jurídicos, certidões ou atestados comprovando a execução do objeto da parceria ou de natureza semelhante. (iii) Experiência do responsável técnico pela execução do objeto da parceria, demonstrando notória competência na área de atuação do objeto da parceria, a ser comprovado mediante certidões e/ou atestados.	
C	Fator Capacidade Operacional	De 0 a 60
	(i) Dados técnicos da execução das tarefas e a metodologia empregada. (ii) Infraestrutura de apoio, declarando os equipamentos e programas (inclusive os recursos de informática quando for o caso), assim como o suporte técnico/operacional disponível na organização da sociedade civil para, eventualmente, apoiar a equipe que executará as atividades. (iii) Organograma da equipe a ser alocada aos serviços com a descrição da qualificação do pessoal necessário, as atribuições e as responsabilidades das diversas áreas, bem como a lotação de cada uma dessas áreas.	
P	Fator Preço (quanto maior, menor será a pontuação)	De 0 a 20
	(i) Preço/valor de referência	

11.3.2. Será considerada a proposta mais vantajosa aquela que somar o

R



maior número de pontos segundo a escala prevista. Em caso de empate, será considerada a melhor proposta aquela que houver alcançado maior pontuação no fator capacidade operacional; persistindo o fato, será considerada a melhor proposta aquela que houver alcançado maior pontuação no fator experiência; persistindo, ainda, será considerada a melhor proposta aquela que houver alcançado maior pontuação no fator preço; caso permaneça o empate, será considerada a melhor proposta aquela que tiver alcançado maior pontuação no fator grau de adequação. Permanecendo o empate, será realizado sorteio.

11.3.3. A organização da sociedade civil que obtiver nota abaixo de 50 (cinquenta) pontos ou que obtiver pontuação zero em qualquer um dos fatores terá sua proposta desclassificada.

11.3.4. Será obrigatoriamente justificada a seleção de proposta que não for a mais adequada ao valor de referência constante do chamamento público.

12. HABILITAÇÃO

12.1. O ENVELOPE “B” – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO - deverá conter todos os documentos especificados a seguir:

12.1.1. Certidão de existência jurídica expedida pelo Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou cópia autenticada do Estatuto da organização da sociedade civil, registrado e com eventuais alterações. Em se tratando de Universidade deverá constar também declaração emitida pelo respectivo Conselho Universitário ou Conselho Superior de Ensino e Pesquisa aprovando a execução do objeto do presente Chamamento Público.

12.1.2. Cópia da Ata de Eleição da Diretoria com mandato vigente, registrada no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

12.1.3. Certidão de Regular Funcionamento das Fundações, expedida pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, na forma do Decreto Municipal n.º 32.318/2010, se a organização da sociedade civil participante for uma fundação.

12.1.4. Prova de inscrição ativa no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

R



12.1.5. Prova de no mínimo 3 (três) anos de existência, através de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

12.1.6. Relação nominal atualizada dos dirigentes da organização da sociedade civil, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB de cada um deles.

12.1.7. Cópia de documento que comprove que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado.

12.1.8. Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal mediante a apresentação dos seguintes documentos:

12.1.8.1. A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, inclusive contribuições sociais, e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN;

12.1.8.2. Ato Declaratório de Isenção do INSS (Art. 308 da Instrução Normativa INSS/DC Nº 100 de 18.12.2003), caso a organização da sociedade civil seja isenta.

12.1.8.3. A prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio da organização da sociedade civil será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a organização da sociedade civil, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição estadual;

12.1.8.4. A prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio da organização da sociedade civil será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a organização da sociedade civil, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal;

R



TECPRO202400021V02



12.1.9. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF-FGTS.

12.1.10. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo.

12.1.11. Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face de trabalhadores menores, em obediência à Lei Federal nº 9.854/99, que deverá ser emitida junto à Delegacia Regional do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro, conforme disposto no art. 2º do Decreto Municipal nº 18.345, de 01.02.2000, ou Declaração firmada pelo representante legal da organização da sociedade civil (Anexo IX) de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos. Para as organizações da sociedade civil sediadas fora do Estado do Rio de Janeiro, a certidão deverá ser emitida pelo órgão competente no Estado onde a mesma tem sua sede.

12.1.12. Declaração de que a organização da sociedade civil não possui em seu quadro nenhum funcionário que ocupe ou tenha ocupado cargo integrante do 1º ou 2º escalão da Administração Pública Municipal, nos últimos 12 (doze) meses, emitida pelo seu representante legal, nos termos do parágrafo único do art. 2º do Decreto nº 19.381/2001 (Anexo VIII).

12.1.13. Declaração do representante legal de que a organização da sociedade civil não incide em nenhuma das hipóteses de impedimento previstas no item 7 do presente Edital (Anexo X).

12.1.14. Certidões negativas de falência ou insolvência civil ou recuperação judicial ou extrajudicial expedidas pelo Distribuidor da sede da organização de sociedade civil. Para as entidades sediadas no Município do Rio de Janeiro, a prova será feita mediante apresentação de certidões dos 1º, 2º, 3º e 4º Ofícios de Registro de Distribuição e pelos 1º e 2º Ofícios de Interdições e Tutelas. As entidades sediadas em outras comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar, juntamente com as certidões negativas exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de falências e recuperação judicial ou extrajudicial. Não serão aceitas certidões com validade expirada ou passadas com mais de 90 (noventa) dias contados da efetiva pesquisa do Cartório em relação à data da realização do Chamamento Público.

12.1.15. Declaração firmada pelo representante legal e em papel timbrado da organização da sociedade civil de que observa cotas mínimas para pessoas de cor negra e mulheres - Decreto nº 21.083, de 20.02.2002, alterado pelo Decreto nº 21.253, de 05.04.2002 (Anexo XI).

12.2. Os documentos necessários à habilitação da organização da sociedade civil



farão parte integrante do processo administrativo e poderão ser apresentados em original ou cópia autenticada por cartório competente, ou ainda em cópias acompanhadas dos respectivos originais, de modo a permitir a autenticação destes na forma do Decreto Municipal N° 2.477, de 25.01.1980, por servidor municipal lotado na Secretaria Municipal Ciência e Tecnologia, **no momento da sessão pública.**

12.3. Se os Certificados, Declarações, Registros e Certidões exigidos neste Edital não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em legislação específica, os referidos documentos deverão ter sido emitidos há no máximo 90 (noventa) dias contados até a data da apresentação dos Envelopes "A" e "B".

13. ETAPAS DO CHAMAMENTO PÚBLICO

13.1. A primeira etapa deste Chamamento Público consiste no recebimento dos Envelopes "A" e "B" das organizações de sociedade civil que acudirem ao Certame pela Comissão de Seleção da Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia, nos termos do subitem 9.01.

13.2. Após superada a fase de representação no processo (item 8 do presente Edital), os envelopes "A" – PROPOSTA – serão abertos e as propostas serão rubricadas por todos os representantes presentes na sessão e pela Comissão de Seleção. Será lavrada ata do ato de recebimento dos envelopes, assim como serão assinalados dia e horário para nova sessão, considerando-se intimados todos os presentes. A ata será publicada no D.O. Rio.

13.3. No dia assinalado no subitem anterior, será divulgada pelo Presidente da Comissão de Seleção a classificação das Propostas. Após tal ato, serão abertos os envelopes "B" – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO – da organização da sociedade civil cuja proposta foi classificada em primeiro lugar.

13.4. Se a organização de sociedade civil for inabilitada, serão convocadas as organizações de sociedade civil subsequentes e, na ordem de classificação, o Presidente da Comissão de Seleção poderá convidar aquela imediatamente mais bem classificada a aceitar a celebração de parceria nos termos da proposta por ela apresentada. A seguir, será analisada a documentação de habilitação.

14. DIREITO DE PETIÇÃO

14.1. Após a etapa de julgamento da habilitação, a organização da sociedade civil interessada poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso, quando lhe será concedido o prazo de três dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais participantes, desde logo, intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias úteis, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.



TECPRO202400021V02



14.2. A falta de manifestação imediata e motivada da organização da sociedade civil interessada acarretará decadência do direito de recorrer e a homologação do resultado do processo seletivo.

14.3. A não apresentação das razões escritas pelo recorrente acarretará, como consequência, a análise do recurso pela síntese das razões orais.

14.4. Os recursos serão dirigidos ao Presidente da Comissão de Seleção.

14.4.1. A Comissão de Seleção poderá reconsiderar sua deliberação, no prazo de até cinco dias úteis;

14.4.2. Caso a Comissão de Seleção não reconsidere sua deliberação, no prazo de até cinco dias úteis, o Presidente, com a devida justificativa, encaminhará o recurso à autoridade superior, que proferirá a decisão no mesmo prazo, a contar do recebimento.

14.5. O provimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15. HOMOLOGAÇÃO E CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

15.1. Uma vez homologado o resultado do Chamamento Público pela secretária Municipal, a organização da sociedade civil será convocada para, no prazo de 2 (dois) dias, assinar o Termo de Colaboração/Fomento.

15.2. Deixando a organização da sociedade civil de assinar o Termo de Colaboração no prazo de dois dias, poderá a Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas à faltosa, convocar as organizações da sociedade civil participantes remanescentes, por ordem de classificação, na forma do subitem 13.04.

15.3. A organização da sociedade civil será responsável, na forma do Termo de Colaboração, pelos atos de seus empregados.

15.4. A organização da sociedade civil será responsável, na forma do Termo de Colaboração, pela qualidade das atividades executadas e dos materiais empregados, em conformidade com as especificações do Plano de Trabalho e demais normas técnicas pertinentes, sendo certo que a ocorrência de desconformidade implicará a reexecução da atividade e a substituição dos materiais recusados, sem que isso acarrete qualquer ônus para a Secretaria Municipal e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

15.5. A organização da sociedade civil será também responsável, na forma do Termo de Colaboração/Fomento, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas, por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, e por todos os danos e prejuízos que,



a qualquer título, causar a terceiros em virtude da execução das atividades a seu encargo, respondendo por si e por seus sucessores.

15.6. A fiscalização da parceria caberá à Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia, devendo a organização da sociedade civil se submeter a todas as medidas, processos e procedimentos inerentes à atuação da Secretaria, que não eximem aquela de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e as previstas no Termo.

16. FORMA DE PAGAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

16.1. As parcelas dos recursos serão liberadas em estrita conformidade com o cronograma de desembolso aprovado, nos termos da Minuta do Termo de Colaboração, mediante transferência eletrônica, através de crédito em conta bancária no Banco a ser indicado pela Administração Municipal, de titularidade da organização de sociedade civil, cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

16.1.1. Demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, o termo de colaboração ou de fomento poderá admitir a realização de pagamentos em espécie, após saque à conta bancária específica da parceria, na hipótese de impossibilidade de pagamento mediante transferência eletrônica, devidamente justificada pela organização da sociedade civil no plano de trabalho, que poderá estar relacionada, dentre outros motivos, com:

- (i) o objeto da parceria;
- (ii) a região onde se desenvolverão as ações da parceria; ou
- (iii) a natureza dos serviços a serem prestados na execução da parceria.

16.1.2. Ato da secretária Municipal ou do dirigente máximo da entidade da administração pública municipal disporá sobre os critérios e limites para a autorização do pagamento em espécie.

16.1.3. Os pagamentos realizados na forma do item anterior não dispensam o registro do beneficiário final da despesa por ocasião da prestação de contas.

16.2. A partir da segunda parcela os repasses estão condicionados à apresentação da prestação de contas pela organização da sociedade civil. Não serão repassados recursos caso não seja aprovada a prestação de contas do penúltimo repasse efetuado.

16.2.1. No caso de aprovação parcial da prestação de contas, o valor correspondente à glosa será retido até que a exigência seja atendida.



TECPRO202400021V02



16.2.2. A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

16.3. A prestação de contas deverá ser acompanhada dos seguintes relatórios:

16.3.1. Relatório de Execução do Objeto, que conterá:

- (i) a demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas;
- (ii) a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
- (iii) os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como listas de presença, fotos, vídeos, entre outros; e
- (iv) os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida, quando houver.

16.3.1.2. O relatório de que trata o subitem anterior deverá, ainda, fornecer elementos para avaliação:

- (i) dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;
- (ii) do grau de satisfação do público-alvo, que poderá ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros; e
- (iii) da possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto.

16.3.1.3. As informações de que trata o subitem 16.3.1.2 serão fornecidas por meio da apresentação de documentos e por outros meios previstos no plano de trabalho.

16.3.1.4. O órgão ou a entidade da Administração Pública poderá dispensar a observância do subitem 16.3.1.2 quando a exigência for desproporcional à complexidade da parceria ou ao interesse público, mediante justificativa prévia.

16.3.1.5. A organização da sociedade civil deverá apresentar justificativa na hipótese de não cumprimento do alcance das metas.

16.3.2. Relatório de Execução Financeira, que contemplará:



(i) o exame da conformidade das despesas, realizado pela verificação das despesas previstas e das despesas efetivamente realizadas, por item ou agrupamento de itens, conforme aprovado no plano de trabalho, observados os termos do Decreto Municipal nº 42696/2016; e

(ii) a verificação da conciliação bancária, por meio da aferição da correlação entre as despesas constantes na relação de pagamentos e os débitos efetuados na conta corrente específica da parceria.

16.4. A prestação de contas final deverá ser apresentada no prazo de até 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria, inclusive com a comprovação de recolhimento ao Tesouro Municipal de eventuais saldos financeiros.

17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. A Administração Municipal poderá impor à organização da sociedade civil, pela execução da parceria em desacordo total ou parcial com o Plano de Trabalho, com o Termo de Colaboração a ser celebrado, com as normas da Lei Federal nº 13.019/2014 e com o Decreto Municipal nº 42696/2016, as seguintes sanções, garantida a prévia defesa:

(i) Advertência;

(ii) Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, por prazo não superior a dois anos;

(iii) Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso (ii).

18. FORO

18.1. Fica eleito o foro Central da Comarca da Capital do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer questões, dúvidas ou demandas referentes à execução do objeto deste Chamamento Público e adjudicação dela decorrente.

19. DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. A homologação do resultado do presente Chamamento Público não implicará



TECPRO202400021V02



direito à celebração de Termo de Colaboração.

19.2. A organização da sociedade civil deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação no Chamamento Público quando da assinatura do Termo de Colaboração.

19.3. Para o deslinde das questões porventura ocorridas no Chamamento Público, a Comissão de Seleção da Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia – SMCT, observará as regras do presente Edital, a Lei Federal nº 13.019/2014 e as normas que informam a atuação da Administração Pública, principalmente os Princípios de Direito Público.

19.4. Ficam as organizações da sociedade civil participantes deste Chamamento Público e seus representantes legais ou agentes credenciados sujeitos às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis quando praticarem irregularidades que venham ferir as normas deste Edital e aos Princípios de Direito Público.

19.5. A Administração Pública Municipal poderá autorizar ou propor a alteração do termo de fomento ou de colaboração ou do plano de trabalho, após, respectivamente, solicitação fundamentada da organização da sociedade civil ou sua anuência, desde que não haja alteração de seu objeto, da seguinte forma:

(i) por termo aditivo à parceria para:

- (a) ampliação do valor global, no limite máximo de até trinta por cento;
- (b) redução do valor global, sem limitação de montante;
- (c) prorrogação da vigência, em períodos iguais e sucessivos, limitados à duração máxima de 60 (sessenta) meses;

(d) alteração da destinação dos bens remanescentes; ou

(ii) por certidão de apostilamento, nas demais hipóteses de alteração, tais como:

(a) utilização de rendimentos de aplicações financeiras antes do término da execução da parceria; ou

(b) remanejamento de recursos sem a alteração do valor global.

19.6. Sem prejuízo das alterações previstas no item anterior, a parceria deverá ser alterada por certidão de apostilamento, independentemente de anuência da organização da sociedade civil, para:

(i) prorrogação da vigência, antes de seu término, quando o órgão ou a entidade da administração pública municipal tiver dado causa ao atraso na liberação de



TECPRO202400021V02



recursos financeiros, ficando a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado e

(ii) indicação dos créditos orçamentários de exercícios futuros.

19.7. Anteriormente à celebração da parceria, a organização da sociedade civil deve se cadastrar junto ao Sistema Gerencial de Informação de Materiais – SIGMA.

19.8. Integram o presente Edital todas as instruções, observações e restrições contidas nos seus anexos:

Anexo I – Plano de Trabalho;

Anexo I-A – Declaração de Responsabilização Administrativa

Anexo I-B – Declaração de Responsabilização Civil e Administrativa

Anexo II – Planilha de Custos (Valores Estimados);

Anexo III – Minuta de Termo de Colaboração/Fomento;

Anexo IV – Carta de Credenciamento (assinatura com firma reconhecida) (fora dos envelopes);

Anexo V – Declaração de que a organização da sociedade civil não possui em sua Diretoria pessoas que participem da Diretoria de outra fundação privada ou associação **(Envelope B)**;

Anexo VI – Declaração de Instrumentos Jurídicos Firmados **(Envelope B)**;

Anexo VII – Declaração de Execução sem Subdelegação **(Envelope B)**;

Anexo VIII – Declaração de Conformidade ao Decreto Municipal nº 19.381/2001 **(Envelope B)**;

Anexo IX - Declaração de Ilícitos Trabalhistas **(Envelope B)**;

Anexo X – Declaração de Inexistência de Impedimento **(Envelope B)**;

Anexo XI – Declaração de Cota Mínima **(Envelope B)**;

Anexo XII – Critérios de Julgamento das Propostas.

19.9. Este Edital e seus anexos contém 63 (sessenta e três) folhas, todas rubricadas pelo Presidente da Comissão de Seleção.

Rio de Janeiro, 18 de abril de 2024.

JOSÉ ROBERTO SILVEIRA

11/242.523-9



TECPRO202400021V02



ANEXO I - PLANO DE TRABALHO

Handwritten mark



TECPRO202400021V02



Navezinhas Cariocas

Plano de Trabalho

1. JUSTIFICATIVA

O Rio de Janeiro é conhecido mundialmente por suas belezas naturais, mas também temos em pauta uma grande outra meta: “ser a capital da inovação e tecnologia do país”.

O Rio de Janeiro é considerado o ecossistema emergente mais promissor para startups na América Latina. O dado é referente ao ranking global Startup Ecosystem report 2023 (GSER2023), divulgado em (15/06), e considerado um dos mais abrangentes sobre o ecossistema de startups no mundo. Curitiba, Belo Horizonte, Monterrey (México) e Porto Alegre completam a lista dos cinco primeiros colocados. Sabemos que para essa consolidação é fundamental o investimento em tecnologia e formação nos campos de games, inteligência artificial, programação e audiovisual.

Ao mesmo tempo, a cidade do Rio de Janeiro foi eleita a mais inteligente e conectada das cidades brasileiras na premiação do Ranking Connected Smart Cities. A classificação foi elaborada a partir do estudo de 70 indicadores públicos, que apontam as cidades brasileiras com maior potencial de desenvolvimento. O rio também ficou em primeiro em economia e em tecnologia e inovação - entre as cidades com mais de 500 mil habitantes.

Sabemos, entretanto, que é preciso ampliar o acesso para áreas e pessoas menos favorecidas. A democratização de conhecimentos e oportunidades em Ciência e Tecnologia é um objetivo crucial para o desenvolvimento da cidade, mas também apresenta uma série de desafios que precisam ser superados, que aqui destacamos:

- (a) Acesso desigual à educação: a falta de acesso igualitário à educação de qualidade ainda é um dos maiores obstáculos para a democratização do conhecimento científico e tecnológico. Muitas comunidades, especialmente em países em desenvolvimento, têm acesso limitado a recursos educacionais, laboratórios e oportunidades de aprendizado;
- (b) Barreiras linguísticas: Grande parte do conhecimento científico é publicada em inglês, o que pode criar uma barreira significativa para pessoas que não falam esse idioma. A tradução de materiais científicos nem sempre é acessível ou precisa;
- (c) Desigualdade de gênero e diversidade: A desigualdade de gênero e a falta de diversidade em campos científicos e tecnológicos podem resultar em perspectivas limitadas e em conhecimento mais restrito. É fundamental promover a igualdade de gênero e a diversidade em todas as áreas da ciência e tecnologia;
- (d) Acesso limitado à internet: Em muitas partes do mundo, o acesso à internet é limitado ou inexistente, o que dificulta o acesso recursos online, cursos informações e científicas e tecnológicas;

M



- (e) Desinformação: A disseminação de informações falsas e desinformação na internet pode dificultar a compreensão correta da ciência e tecnologia. É importante promover a alfabetização digital científica para ajudar as pessoas a discernir informações precisas de falsas;
- (f) Custos de publicações científicas: Muitas pesquisas científicas são publicadas em revistas de acesso pago, o que dificulta o acesso a essas informações para aqueles que não têm recursos para pagar por assinaturas;
- (g) Falta de capacitação e habilidades: A democratização do conhecimento exige que as pessoas tenham as habilidades necessárias para entender e aplicar informações científicas e tecnológicas. A falta de treinamento e capacitação pode ser um obstáculo;
- (h) Desafios éticos e de segurança: O compartilhamento amplo de informações científicas e tecnológicas também levanta preocupações éticas e de segurança especialmente em áreas como a biotecnologia e a inteligência artificial. É importante encontrar um equilíbrio entre a abertura do conhecimento e a proteção contra o uso indevido;
- (i) Desvinculação entre pesquisa e necessidades da sociedade: Às vezes, a pesquisa científica avança em direções que não estão alinhadas com as necessidades reais da sociedade. É importante promover a pesquisa orientada para soluções e envolver as comunidades na definição de prioridades de pesquisa;
- (j) Falta de incentivos: Em muitos casos, os sistemas acadêmicos de pesquisa não incentivam a divulgação aberta e a disseminação do conhecimento. Mudar esses incentivos pode ser fundamental para promover a democratização do conhecimento.

É sabido que a superação desses desafios requer esforços coordenados de governos, instituições acadêmicas, organizações da sociedade civil e da comunidade científica, bem como uma conscientização crescente sobre a importância da democratização do conhecimento científico e tecnológico para o progresso da sociedade como um todo.

A cidade do Rio de Janeiro conta com o projeto Naves do Conhecimento que se configuram como centro de inovação e inclusão digital, que oferecem acesso gratuito à internet, oficinas, palestras e cursos de qualificação em várias áreas voltadas a profissões do futuro, as Naves do Conhecimento funcionam em novos endereços das zonas Norte e Oeste da cidade, levando o aprendizado à população carioca. São ambientes multiuso e interativos, que estimulam a busca por novos saberes e a democratização do acesso à informação por meio da difusão das ferramentas tecnológicas e da aplicação prática da ciência. As Naves do Conhecimento potencializam a experiência digital, beneficiando principalmente os moradores de comunidade e representados por contingente considerável de pessoas que jamais tiveram acesso a um computador. Assim, democratizar o acesso ao universo digital em ambientes colaborativos e criativos, oferecem oficinas, cursos e eventos relacionados a informática básica, economia criativa, tecnologia da informação, Robótica e programação trabalho e empreendedorismo.

Em que pese representam significativo avanço no campo da democratização do acesso à ciência e a tecnologia, incluso porque estão localizadas em bairros com maiores índices de vulnerabilidade social (Engenho de Dentro, Irajá, Madureira, Nova Brasília, Padre Miguel, Penha, Santa Cruz, Triagem e Vila Aliança) observa-se a necessidade de garantir estratégias que aproximem ainda mais as comunidades e os territórios mais vulneráveis de tais estratégias, promovendo uma radicalização da democratização ao acesso.

Handwritten signature



Nesse sentido, o projeto “Navezinhas Cariocas” surge como uma iniciativa inovadora da Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro com objetivo de promover a democratização do conhecimento, a inserção no mercado de trabalho explorando os potenciais de segmentação de games, audiovisual e inteligência artificial.

2. OBJETO

O presente Plano de Trabalho visa o fornecimento de informações a Organizações da Sociedade Civil de natureza social e/ou educacional, cedidas e/ou com filial no município do Rio de Janeiro, interessadas em apresentar proposta para a celebração e/ou com filial no município do Rio de Janeiro, interessadas em apresentar proposta para a celebração de Termo de Colaboração, com fundamento na lei Federal 13.019/2014, a fim de realizar a execução integral do projeto “Navezinha Carioca”, cujo objetivo é a implantação de 20 microunidades em regiões periféricas da cidade, com foco em realização de estratégias formativas em inteligência artificial, letramento digital, games e audiovisual, tendo como premissa a democratização do conhecimento a fim de que todos os municípios tenham acesso às oportunidades oferecidas pelas tecnologias digitais, tais ações podem configurar-se como cursos, oficinas, workshops e eventos. O público alvo preferencial é composto por pessoas de 16 a 30 anos de idade que residam em territórios com altos índices de vulnerabilidade social.

3. ESCOPO

3.1 OBJETIVO DO PROJETO

O projeto “Navezinhas Cariocas” tem como objetivo é a implantação de 20 microunidades em regiões periféricas da Cidade, com foco realização de estratégias formativas em inteligência artificial, letramento digital, games e audiovisual, tendo como premissa a democratização do conhecimento a fim de que todos os municípios tenham acesso às oportunidades oferecidas pelas tecnologias digitais, tais ações podem configurar-se como cursos, eventos e oficinas. O projeto divide-se em quatro eixos:

- (a) Inteligência artificial e programação: (i) apresentar conceitos básicos de inteligência artificial e programação; (ii) explorar a relação entre perspectivas da inteligência artificial e programação e sua aplicação em diferentes áreas; (iii) desenvolver habilidades de resolução de problemas e pensamento computacional.
- (b) Letramento digital: (i) introduzir os princípios básicos de uso de computadores e internet; (ii) explorar usos e benefícios de cidadania, educação lazer e negócios no uso de ferramentas digitais; (iii) aprimorar habilidades básicas e avançadas no uso de equipamentos como celulares e computadores; (iv) estimular elaboração, criatividade e resolução de desafios cotidianos.
- (c) Games e Audiovisual: (i) introduzir os princípios básicos do audiovisual, no uso de equipamentos e conceitos teóricos; (ii) desenvolver habilidades na prática de equipamentos e técnicas de fotografia, captação de som e gravação;; (iii) estimular a criatividade, o trabalho em equipe e o pensamento artístico, em conjunto com habilidade técnicas; (iv) introduzir os princípios básicos de criação e programação de jogos digitais; e (iv) explorar diferentes etapas do processo de desenvolvimento de um jogo desde o design até a programação.

h



Para além dos cursos e oficinas nos eixos temáticos elencados acima, o projeto também prevê a disponibilização de acesso a computadores e internet por parte da comunidade local, de forma a democratizar o oferecimento de meios para a cidadania digital.

3.2 ENTREGAS

A Organização da Sociedade Civil selecionada deverá, para o regular cumprimento de suas funções no projeto, proceder à entrega de determinados documentos e produtos.

No decorrer da execução contratual deverão ser devidamente equipadas, montadas, implementadas e estar em operação 20 microunidades, denominadas “Navezinhas Cariocas”. Estas estarão em operação com o oferecimento dos cursos, oficinas e workshops previstos, além da disponibilização dos computadores para o uso pela população local.

Para além da implementação e operação das Navezinhas, a Organização da Sociedade Civil deverá apresentar, no primeiro mês de execução do Termo de Colaboração, um Plano de Implementação e um Plano de Pedagógico, onde constarão os itens detalhados abaixo. Deverão ainda ser produzidos Relatórios de Execução, ao fim de cada trimestre, também na forma indicada abaixo.

Plano de Implementação

- Breve resumo do projeto Navezinhas Cariocas;
- Objetivos gerais do projeto;
- Estrutura Organizacional;
- Identificação de riscos e mitigação;
- Ferramentas e metodologias de Monitoramento e Avaliação;
- Listagem das 20 localidades para implementação das Navezinhas, selecionadas pela Organização da Sociedade Civil e validadas pela SMCT. Considerar a combinação de indicadores como IDH (índice de Desenvolvimento Humano); IDF (Índice de Desenvolvimento da Família); IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica); taxas de violência e criminalidade; taxa de acesso à internet dentre outros para a seleção das comunidades que comporão o projeto. Qualquer das localidades selecionadas poderá ser alterada caso se verifique a impossibilidade de implementação, devidamente justificada pela Organização;
- Cronograma que apresente calendário de implementação de cada uma das 20 Navezinhas, demonstrando quando serão implementadas e quando entrarão em operação;
- Plano de Comunicação e Divulgação das atividades do Projeto. O plano de comunicação conterá, mas não se limitará a: proposta de identidade visual, plano de divulgação de mídias sociais e plano de divulgação no território.

Plano Pedagógico

- Público Alvo;
- Identificação das necessidades específica do público atingido pela política pública;
- Objetivos educacionais;
- Conteúdo Programático;
- Metodologia de ensino;
- Avaliação e Monitoramento do progresso dos estudantes;
- Recursos didáticos e materiais de apoio;



TECPRO202400021V02



- Apresentação de equipe responsável pelas atividades;
- Cronograma de Implementação do Plano Pedagógico.

Implementação das Navezinhas

A implementação das Navezinhas consiste na instalação do projeto nos territórios selecionados. O funcionamento das Navezinhas dependerá da instalação do Sistema de Administração das Naves - SAN, o qual será responsável pela coleta dos dados e indicadores relativos às atividades desempenhadas pelas Navezinhas.

Operação das Navezinhas

- Oferecimento de cursos, oficinas e workshops educacionais;
- Disponibilização de equipamentos e rede para acesso dos usuários à internet;
- Gestão e coordenação das atividades realizadas dentro das Navezinhas;
- Garantia da disponibilidade de recursos necessários para a realização das atividades, como materiais didáticos, equipamentos, etc;
- Administração do espaço físico das Navezinhas, incluindo manutenção e limpeza;
- Recrutamento, treinamento e supervisão de instrutores e pessoal envolvido na operação;
- Promoção e divulgação das atividades das Navezinhas para a comunidade local;
- Registro e acompanhamento da participação e progresso dos alunos nos cursos e atividades oferecidos.

Relatório de Execução

- Progresso Geral do Projeto
 - Atualização sobre o progresso alcançado em relação aos marcos e metas estabelecidos no plano pedagógico
 - Principais realizações do trimestre
 - Lições aprendidas
 - Quadro Resumo dos Indicadores e Metas Gerais do período
- Implementação das Navezinhas
 - Status da implementação das Navezinhas, incluindo o número de unidades instaladas e operacionais
- Operações das Navezinhas (por Navezinha)
 - Breve descrição das atividades e programas oferecidos pela Navezinha
 - Observações sobre a operação diária
 - Identificação de Riscos
 - Indicadores e Metas do período, contabilizados por mês (Quadro de Execução)
 - Justificativa sobre o não atingimento das Metas, se necessário
 - Recomendações para melhorias ou ajustes no próximo período trimestral, se necessário

CRONOGRAMA DE ENTREGAS

N



	Plano de Implementação	Plano Pedagógico	Relatório de Execução*
Mês 1	X	X	
Mês 2			
Mês 3			
Mês 4			X
Mês 5			
Mês 6			
Mês 7			X
Mês 8			
Mês 9			
Mês 10			X
Mês 11			
Mês 12			
Mês 13 ¹			X

O Plano de Implementação deverá ser entregue no primeiro mês de execução do projeto. O Plano Pedagógico deverá ser entregue no primeiro mês de execução do projeto.

Os Relatórios de Execução deverão ser entregues até 45 dias após o encerramento do período de execução, sendo o último entregue até 90 dias após o encerramento da parceria.

O primeiro trimestre de implementação de cada uma das Navezinhas não estará sujeito a aferição de metas conforme Quadro de Metas para fins de repasse. Os 3 (três) primeiros meses de implementação de cada Navezinha também serão objeto do Relatório Indicativo, porém somente para acompanhamento da execução, adaptação e implementação do Projeto na região. Caso a Navezinha não tenha alcançado pontuação máxima em qualquer dos indicadores, a Contratada deverá indicar plano de ajuste para melhora do indicador.

4. ABRANGÊNCIA

Público Alvo

Os projetos apresentados pelas organizações da Sociedade Civil terão como público alvo preferencial pessoas de 16 a 35 anos de idade que residam em territórios com altos índices de vulnerabilidade social; e que preferencialmente (i) não possuam emprego formal ativo; (ii) sejam pertencentes a famílias que vivam em situação de vulnerabilidade ou beneficiárias de programas de transferência de renda; (iii) que residam no Rio de Janeiro há pelo menos 2(dois) anos (iv) residem nos territórios selecionados.

5. INDICADORES E METAS

¹ A vigência do presente Plano de Trabalho é de 12 meses. O 13º mês do Cronograma de Entregas foi inserido apenas de modo ilustrativo para indicar a necessidade de entrega de Relatório de Execução após o fim da execução do último período de referência.



TECPRO202400021V02



Espera-se que ao final do projeto tenhamos 20 "Navezinhas Cariocas" implementadas, atingindo as metas conforme Quadro de Metas abaixo.

Quadro de Metas				
INDICADOR	PARÂMETROS	VALOR	PESO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Número de Cursos/Oficinas/Workshops	Acima de 4 (por mês por Nave)	10	3	30
	4 (por mês por Nave)	6		
	3 (por mês por Nave)	3		
	Menos de 3 (por mês por Nave)	0		
Número de Certificados	Igual ou acima de 30 (por mês por Nave)	10	3	30
	Entre 20 e 29 (por mês por Nave)	6		
	Entre 15 e 19 (por mês por Nave)	3		
	Abaixo de 15 (por mês por Nave)	0		
Atendimentos	Igual ou acima de 300 (por mês por Nave)	10	2	20
	Entre 200 e 299 (por mês por Nave)	6		
	Entre 100 e 199 (por mês por Nave)	3		
	Abaixo de 100 (por mês por Nave)	0		

M



Satisfação com a Navezinha como um todo	90% a 100% de usuários satisfeitos (por mês por Nave)	10	2	20
	80% a 89% usuários satisfeitos (por mês por Nave)	6		
	50% a 79% usuários satisfeitos (por mês por Nave)	3		
	Menos de 49% de usuários satisfeitos (por mês por Nave)	0		

5.1 DESCRIÇÃO DOS INDICADORES

Cursos/Oficinas/Workshops

O indicador “Número de Cursos, Oficinas e Workshops” refere-se à soma da quantidade total de cada uma dessas atividades oferecidas pela contratada durante o período estipulado no quadro de metas. Para a contabilização desse indicador os dados referentes aos cursos, oficinas e workshops deverão ser inseridos no Sistema de Administração das Naves - SAN, de onde posteriormente serão extraídos para medição dos resultados da operação.

Certificados

O indicador “Número de Certificados”, refere-se à soma da quantidade de certificados concedidos pelas atividades de cursos, oficinas e workshops durante o período estipulado no Quadro de Metas. Para a contabilização desse indicador os dados referentes aos certificados emitidos deverão ser inseridos no Sistema de Administração das Naves - SAN, de onde posteriormente serão extraídos os dados para medição dos resultados da operação.

Atendimentos

O indicador “Atendimentos” representa a quantidade de acessos aos computadores da Lan Table. Para a contabilização desse indicador os dados referentes aos atendimentos deverão ser registrados no Sistema de Administração das Naves - SAN, de onde posteriormente serão extraídos os dados para medição dos resultados da operação.

Satisfação com a Navezinha como um todo



TECPRO202400021V02



O indicador "Satisfação com a Navezinha como um todo" reflete o nível de satisfação dos usuários com as atividades e ações realizadas pela Navezinha. Para a contabilização desse indicador os usuários deverão responder às pesquisas de satisfação disponibilizadas através do Sistema de Administração das Naves - SAN (que serão disponibilizados após o encerramento dos cursos e término da sessão nos computadores), de onde posteriormente serão extraídos os dados para medição dos resultados da operação.

5.2 PONTUAÇÃO PARA REPASSE

As pontuações obtidas com cada um dos indicadores e metas apontados no Quadro de Metas deverão ser somadas para obtenção da pontuação final. Os repasses previstos estarão condicionados a essa pontuação final que corresponde a um percentual de repasse, conforme a tabela abaixo.

Tabela de Pontuação para Repasse	
PONTUAÇÃO	REPASSE (%)
90 - 100 PONTOS	100%
80 - 89 PONTOS	95%
70 - 79 PONTOS	90%
50 - 69 PONTOS	85%
ABAIXO DE 50	80%

6. ESTRUTURA/PESSOAL

A organização da Sociedade Civil deverá contar, obrigatoriamente, com a equipe mínima abaixo indicada e contratada conforme as orientações aqui descritas: quantidade de horas de cada curso, o valor unitário da hora deverá ter valor máximo de a

6.1 Equipe de Gestão

A equipe de gestão é responsável pelo gerenciamento executivo do projeto, garantindo os alinhamentos metodológicos e a implementação das atividades, que deverão ser contratados conforme os preceitos da consolidação das leis trabalhistas (CLT).

FUNÇÃO	QTD DE PROFISSIONAIS	PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES	FORMA DE CONTRATAÇÃO
Coordenador Geral	01	Responsável técnico pela implementação do projeto. Faz a interlocução com a SMCT. Coordena os planejamentos, a consecução das metas e a	CLT

n



		elaboração dos relatórios	
Mobilizador do Projeto	01	Responsável Técnico pelas equipes locais de mobilização do projeto.	CLT
Auxiliar Administrativo	01	Responsável Técnico pelas aquisições dos materiais para implementação do projeto	CLT
Auxiliar Financeiro	01	Responsável Técnico Pelas contas a pagar e realização das prestações de contas	CLT

6.3 Equipe Fixa Local - Navezinhas

A Equipe Fixa local é responsável pela implementação das ações de campo, deverão ser contratados conforme os preceitos da consolidação das leis trabalhistas (CLT) e deverão, preferencialmente, ser moradores dos territórios selecionados.

FUNÇÃO	QTD DE PROFISSIONAIS	PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES	FORMA DE CONTRATAÇÃO
Coordenador local	20	Responsável pela coordenação das atividades da Navezinha, de acordo com o planejamento estabelecido pela Equipe de Gestão.	CLT
Moderadores	40	Responsáveis pela realização de cursos e oficinas formativas nos territórios.	CLT
Mobilizadores	20	Responsáveis pela mobilização dos públicos no território para participação nas oficinas.	CLT
Recepcionistas	20	Responsáveis pela recepção nas Navezinhas.	CLT

7. CONTRATAÇÃO EVENTUAL DE SERVIÇOS

Serviço de contratação de pessoa jurídica, em caráter eventual/pontual, para ministrar cursos avançados, de novas tecnologias e realizar formação e capacitação continuada de ações que não sejam as já previstas e executadas pela equipe fixa.

A contratação será realizada levando-se em consideração a qualificação e domínio do tema e conteúdo programático de cada atividade, com remuneração prevista por hora/aula.

A contratação de serviços de pessoa jurídica é vedada para quaisquer outras atividades.

8. SUPERVISÃO E MONITORAMENTO

N



A comprovação da execução deverá ser realizada através da entrega do Relatório de Gestão, no formato impresso e em mídia digital, contendo indicadores de desempenho das metas alcançadas.

Será nomeada por Resolução da Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia uma comissão de Monitoramento e Avaliação - CMA e uma Comissão Gestora da Parceria;

Os resultados atingidos com a execução da parceria serão analisados pela CMA a partir de Relatórios de Execução, que deverão ser submetidos pela entidade contratada trimestralmente. A partir do Relatório de Execução a CMA deverá elaborar o Relatório Indicativo, que deverá verificar o cumprimento das metas e atribuir pontuação, que por sua vez indicará o percentual de repasse devido.

O primeiro trimestre de implementação de cada uma das Navezinhas não estará sujeito a aferição de metas conforme Quadro de Metas para fins de repasse. Os 3 (três) primeiros meses de implementação de cada Navezinha também serão objeto do Relatório Indicativo, porém somente para acompanhamento da execução, adaptação e implementação do Projeto na região. Caso a Navezinha não tenha alcançado pontuação máxima em qualquer dos indicadores, a Contratada deverá indicar plano de ajuste para melhora do indicador.

O Relatório Indicativo restringir-se-á aos resultados obtidos na execução do Termo de Colaboração, através dos indicadores de performance estabelecidos conforme Quadro de Metas, e seu confronto com as metas alcançadas pela organização. Os dados relativos aos indicadores e desempenho das atividades deverão ser extraídos do Sistema de Administração das Naves - SAN.

A CMA deverá, em tempo, deliberar sobre o formato do relatório a ser apresentado. No caso de não atendimento das metas pactuadas ou a verificação de qualquer desconformidade na execução do Termo de Colaboração, a CMA deverá encaminhar relatório, endereçado à Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia, para as providências cabíveis como a não renovação do termo e também a requisição da apresentação da prestação de contas financeira, podendo, ao final, garantir o contraditório e a ampla defesa, reprovar as contas e determinar a devolução dos valores ao erário.

A CMA deverá elaborar o Relatório Indicativo trimestral, de acordo com o período de referência do desembolso, ou conforme achar necessário, em duas vias, onde uma cópia deverá ser enviada ao proponente.

9. OBRIGAÇÕES DE PROPONENTE

Constituem obrigações do proponente:

- Garantir o cumprimento das finalidades do projeto, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia, objetivando garantir a implementação das 20 Navezinhas Cariocas.
- Garantir a participação de servidores da Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia na validação dos territórios, Plano de Implementação e Plano Pedagógico;
- Apresentar trimestralmente os Relatórios de Execução, contendo indicadores de desempenho e das metas alcançadas;



- Garantir a exposição da marca da PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO/SECRETARIA MUNICIPAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA em todas as peças de divulgação impressas, mídias eletrônicas, redes sociais e materiais promocionais;
- Garantir o cumprimento das condições e obrigações dispostas no Termo de Colaboração;
- A prestação de contas deverá ser realizada por parcela liberada, segundo legislação vigente e condições dispostas no Termo de Colaboração.

10. VIGÊNCIA

O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do Termo de Colaboração, observando a realização de todas as etapas previstas, podendo ser prorrogado por igual período, mediante a decisão motivada pela PCRJ/SMCT.

11. CUSTOS

A Organização da Sociedade Civil contratada receberá o valor total de R\$ 8.926.415,68 (oito milhões, novecentos e vinte e seis mil, quatrocentos e quinze reais e sessenta e oito centavos) pelo período de 12 (doze) meses, divididos em 04 (quatro) parcelas.

Os recursos repassados deverão ser integralmente utilizados nas ações previstas no plano de trabalho constante do projeto selecionado, tendo como referência o Anexo 1 - Orçamento Base.

Os recursos necessários à execução dos projetos selecionados correrão de acordo com a seguinte dotação orçamentária:

EXERCÍCIO DE 2024:

PROGRAMA DE TRABALHO: 36.01.19.573.0609.2937
 NATUREZA DA DESPESA: 33.50.85.04
 FONTE: 1.500.100
 VALOR TOTAL: 8.926.415,68

12. PAGAMENTO

A Organização da Sociedade Civil contratada receberá o valor total de R\$ 8.926.415,68 (oito milhões, novecentos e vinte e seis mil, quatrocentos e quinze reais e sessenta e oito centavos) pelo período de 12 (doze) meses, divididos em 04 (quatro) parcelas. A liberação dos recursos dar-se-á em 04 (quatro) parcelas durante a execução do Termo de Colaboração, obedecendo o seguinte esclarecimento:

Cronograma de Desembolso e Prestação de Contas						
Desembolso	Valor	Data de Pagamento	Período de Referência do Desembolso		Período de Prestação de Contas do Desembolso	
			Início	Fim	Início	Fim

M



1° Desembolso	R\$ 3.312.010,78	Início do período de referência (em até 30 dias da publicação do extrato do contrato no diário oficial do Município do Rio de Janeiro)	Dia 1	Dia 90	Dia 91	Dia 91 + 45 dias
2° Desembolso	R\$ 1.871.468,30	Início do período de referência (logo após a prestação de contas do 1° Desembolso)	Dia 91	Dia 180	Dia 181	Dia 181 + 45 dias
3° Desembolso	R\$ 1.871.468,30	Início do período de referência (logo após a prestação de contas do 2° Desembolso)	Dia 181	Dia 270	Dia 271	Dia 271 + 45 dias
4° Desembolso	R\$ 1.871.468,30	Início do período de referência (logo após a prestação de contas do 3° Desembolso)	Dia 271	Dia 360	Dia 361	Dia 361 + 45 dias

O cronograma de desembolso representa previsão inicial de repasses, sendo certo que estes ocorrerão conforme a apresentação da prestação de contas. Considerando que os recursos serão repassados em 04 parcelas, a segunda ficará condicionada à apresentação e aprovação da prestação de contas da primeira parcela, e assim sucessivamente, de modo que se permita à instituição possuir em sua conta o montante correspondente a um repasse inicial previsto no cronograma. Conforme preconiza a Lei 13.019/2014, após a aplicação da última parcela será apresentada a prestação de contas final dos recursos recebidos.

M



Destaque-se que a liberação dos recursos ficará condicionada à apresentação de Relatório de Execução por parte da Contratada e posterior aprovação da prestação de contas mediante atestação da comissão gestora com base no alcance das metas, resultados e fases programadas constantes no Plano de Trabalho. A primeira parcela será paga em até 30 (trinta) dias da publicação do extrato do contrato no diário oficial do Município do Rio de Janeiro. A liberação da segunda parcela ficará condicionada à apresentação e aprovação da prestação de contas da primeira.

Cada organização da Sociedade Civil poderá apresentar proposta de preço no valor máximo de R\$ 8.926.415,68 (oito milhões, novecentos e vinte e seis mil, quatrocentos e quinze reais e sessenta e oito centavos).

13. QUALIFICAÇÃO

A execução do projeto será realizada por pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos da natureza social e/ou educacional, sediada e/ou com filial no município do Rio de Janeiro, selecionada e contratada por meio de chamamento público, conforme a Lei 13.019/2014.

Poderão participar do presente Chamamento Público as Organizações da Sociedade Civil que não possuam 12 (doze) ou mais instrumentos jurídicos vigentes celebrados com o município do Rio de Janeiro, que funcionem sem realizar subdelegação para execução de quaisquer de suas atividades-fim, e que possuam normas de organização interna que prevejam, expressamente:

- a. Objetivos voltados à programação de atividades e finalidade de relevância pública, social e cultural.
- b. Que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da lei nº 13.019/2014 e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da organização extinta;
- c. Escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;
- d. Que possuam existência legal no mínimo de 3 (três) anos, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no cadastro nacional da pessoa Jurídica - CNPJ;
- e. Experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;
- f. Experiência prévia na implementação de ações em comunidades com altos índices de vulnerabilidade na cidade do Rio de Janeiro;
- g. Capacidade operacional comprovada para implementação de ações de grande monta;
- h. Política de compras estabelecida em alinhamento aos pressupostos da administração pública.;
- i. Comprovação pela organização da sociedade civil de possuir instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e cumprimento das metas estabelecidas;



TECPRO202400021V02



j. Qualificação dos profissionais de gestão administrativa e técnicos envolvidos.

14. CRONOGRAMA

Etapas	Descrição da Etapa	DATAS
1	Publicação do Edital Chamamento Público	19/04/2024
2	Envio das Propostas e Documentação pelas organizações a Sociedade Civil	20/05/2024
3	Etapa de Avaliação das Propostas pela Comissão de Seleção	23/05/2024
4	Divulgação do Resultado Preliminar	26/05/2024
5	Interposição de recursos contra o resultado preliminar (até 3 dias úteis)	29/05/2024
6	Período de apresentação de contrarrazões de interposição de recursos (até 3 dias úteis)	02/06/2024
7	Análise de Recursos pela comissão de seleção	03/06/2024
8	Análise de Recursos pela autoridade superior (caso Comissão de Seleção não reconsidere sua deliberação no prazo de até 5 dias úteis)	04/06/2024
9	Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas (se houver)	05/06/2024
10	início das atividades	

As datas do Cronograma são estimativas.



ANEXO II

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇO - NAVEZINHAS CARIOCAS					
RH					
EQUIPE GESTÃO					
REMUNERAÇÃO					
ITEM	QTDE	UNID	CUSTO UNITÁRIO	MESES	TOTAL
Coordenador	1	UNID.	R\$ 8.000,00	12	R\$ 96.000,00
Mobilizador de projeto	1	UNID.	R\$ 3.750,00	12	R\$ 45.000,00
Auxiliar Administrativo	1	UNID.	R\$ 2.800,00	12	R\$ 33.600,00
Auxiliar Financeiro	1	UNID.	R\$ 2.800,00	12	R\$ 33.600,00
Subtotal Remuneração - Equipe Gestão - RH					R\$ 208.200,00
ENCARGOS PATRONAIS SOCIAIS E TRABALHISTAS / PROVISIONAMENTO					
ITEM	QTDE	UNID	CUSTO UNITÁRIO	MESES	TOTAL
FGTS	1	meses	R\$ 1.176,00	12	R\$ 14.112,00
Férias	1	projeto	R\$ 1.633,17	12	R\$ 19.598,04
Rescisão	1	projeto	R\$ 588,00	12	R\$ 7.056,00
13º Salário	1	projeto	R\$ 1.224,51	12	R\$ 14.694,12
Vale Transporte	1	meses	R\$ 1.548,80	12	R\$ 18.585,60
Vale Alimentação	1	meses	R\$ 1.584,00	12	R\$ 19.008,00
Subtotal Encargos Patronais e Trabalhistas / Provisionamento - Equipe Gestão - RH					R\$ 93.053,76
Subtotal - Equipe Gestão - RH					R\$ 301.253,76



TECPRO202400021V02



EQUIPE FIXA - NAVEZINHAS					
REMUNERAÇÃO					
ITEM	QTDE	UNID	CUSTO UNITÁRIO	MESES	TOTAL
Coordenador Local	20	UNID.	R\$ 4.280,00	11	R\$ 941.600,00
Moderadores	40	UNID.	R\$ 2.250,00	11	R\$ 990.000,00
Mobilizadores	20	UNID.	R\$ 1.500,00	11	R\$ 330.000,00
Recepcionistas	20	UNID.	R\$ 1.500,00	11	R\$ 330.000,00
Subtotal Remuneração - Equipe Fixa - RH					R\$ 2.591.600,00
ENCARGOS PATRONAIS SOCIAIS E TRABALHISTAS / PROVISIONAMENTO					
ITEM	QTDE	UNID	CUSTO UNITÁRIO	MESES	TOTAL
FGTS	1	meses	R\$ 17.277,33	11	R\$ 190.050,63
Férias	1	projeto	R\$ 23.993,90	11	R\$ 263.932,90
Rescisão	1	projeto	R\$ 8.638,67	11	R\$ 95.025,37
13º Salário	1	projeto	R\$ 17.990,02	11	R\$ 197.890,22
Vale Transporte	1	meses	R\$ 38.720,00	11	R\$ 425.920,00
Vale Alimentação	1	meses	R\$ 39.600,00	11	R\$ 435.600,00

M



TECPRO202400021V02



Subtotal Encargos Patronais e Trabalhistas / Provisionamento - Equipe Fixa - RH					R\$ 1.608.419,12
Subtotal - Equipe Fixa - RH					R\$ 4.200.019,12
Subtotal - RH					R\$ 4.501.272,88
CUSTOS IMPLEMENTAÇÃO E OPERAÇÃO					
ITEM	QTDE	UNID	CUSTO UNITÁRIO	MESES	TOTAL
Instrutores/Formadores	5.000	hora	R\$ 60,00	-	R\$ 300.000,00
Cadeiras (2 por equipamento) [Mobiliário Recepção]	40	unid	R\$ 159,63	1	R\$ 6.385,20
Mesa Recepção (1 por equipamento) [Mobiliário Recepção]	20	unid	R\$ 800,00	1	R\$ 16.000,00
Puff (4 por equipamento) [Mobiliário Recepção]	80	unid	R\$ 310,00	1	R\$ 24.800,00
TV 43 HD FULL (1 por equipamento) [Mobiliário Recepção]	20	unid	R\$ 1.752,88	1	R\$ 35.057,60
Armário (1 por equipamento) [Mobiliário Gestão]	20	unid	R\$ 1.150,80	1	R\$ 23.016,00
LapTop (2 por equipamento) [Mobiliário Gestão]	40	unid	R\$ 3.049,00	1	R\$ 121.960,00
Cadeiras (11 por equipamento) [Mobiliário Salas de Aula]	220	unid	R\$ 159,63	1	R\$ 35.118,60
Mesa professor (1 por equipamento) [Mobiliário Salas de Aula]	20	unid	R\$ 1.377,00	1	R\$ 27.540,00
Mesa Informática (10 por equipamento) [Mobiliário sala de Aula]	200	unid	R\$ 1.755,00	1	R\$ 351.000,00
Computador (11 Por equipamento) [mobiliário sala de aula]	220	unid	R\$ 3.774,55	1	R\$ 830.401,00
Projeto + Tela de Projeção [Mobiliário Salas de Aula]	20	unid	R\$ 3.300,00	1	R\$ 66.000,00
Bebedouro (1 por equipamento) [Mobiliário Lounge]	20	unid	R\$ 1.200,00	1	R\$ 24.000,00

K



Óculos de Realidade Virtual [Mobiliário Sala de aula]	40	unid	R\$ 2.800,00	1	R\$ 112.000,00
Câmera Fotográfica [Módulos Estúdio]	40	unid	R\$ 5.149,00	1	R\$ 205.960,00
Cartão SD [Módulos Estúdio]	40	unid	R\$ 52,90	1	R\$ 2.116,00
Cartão SD [Módulos Estúdio]	0	unid	R\$ 59,99	1	R\$ 0,00
Tripé Profissional [Módulos Estúdio]	20	unid	R\$ 1.357,03	1	R\$ 27.140,60
Gravador Áudio [Módulos Estúdio]	20	unid	R\$ 1.502,32	1	R\$ 30.046,40
Lapela Dupla [Módulos Estúdio]	20	unid	R\$ 699,00	1	R\$ 13.980,00
Kitboom [Módulos Estúdio]	20	unid	R\$ 582,80	1	R\$ 11.656,00
Iluminador Luz Contínua [Módulos Estúdio]	20	unid	R\$ 708,58	1	R\$ 14.171,60
Iluminador LED Profissional [Módulos Estúdio]	20	unid	R\$ 664,05	1	R\$ 13.281,00
Tripé de Iluminação de 2 Metros [Módulos Estúdio]	40	unid	R\$ 69,00	1	R\$ 2.760,00
Softbox [Módulos Estúdio]	40	unid	R\$ 997,43	1	R\$ 39.897,20
Pilhas recarregáveis [módulos estúdio]	20	unid	R\$ 273,04	1	R\$ 5.460,80
Baterias [Módulos Estúdio]	20	unid	R\$ 235,86	1	R\$ 4.717,20
Lanterna [Módulos Estúdio]	20	unid	R\$ 33,90	1	R\$ 678,00
Locação de Espaços	20	unid.	R\$ 3.818,18	11	R\$ 839.999,60
Custos operacionais de apoio ao gerenciamento e implantação	1	unid	R\$ 100.000,00	12	R\$ 1.200.000,00
Custos operacionais de eventos	1	unid	R\$ 40.000,00	1	R\$ 40.000,00
Subtotal Custos Operação e Implementação					R\$ 4.425.142,80

M



TOTAL GERAL	R\$ 8.926.415 ,68
--------------------	----------------------------------

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO	
1ª PARCELA	R\$ 3.312.010,78
2ª PARCELA	R\$ 1.871.468,30
3ª PARCELA	R\$ 1.871.468,30
4ª PARCELA	R\$ 1.871.468,30
TOTAL	R\$ 8.926.415,68

h



TECPRO202400021V02



ANEXO I-A
(Decreto nº 43.562/2017)

As partes que a esta subscrevem declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente na relação com a Administração Municipal.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de ____.

AGENTE PÚBLICO
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

[Handwritten signature]



ANEXO I-B
(Decreto nº 43.562/2017)

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada. Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido. Parágrafo segundo - As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de ____.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ANEXO III - MINUTA DE TERMO DE COLABORAÇÃO

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, POR SUA SECRETARIA MUNICIPAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, E A

Aos ____ dias do mês de _____ de 2024, de um lado o MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, por meio da Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia, neste ato representada por sua Secretária, Sra. **THEREZA CRISTINA DE LACERDA PAIVA**, consoante delegação do Decreto “P” nº 81 de 04/04/2024, doravante denominado MUNICÍPIO e de outro, a _____, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, com sede na _____, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº _____, neste ato representado por seu Representante Legal, _____, portador da carteira de identidade nº _____, expedida pelo _____, e inscrito no CPF sob o nº _____, após regular Chamamento Público nº 01/2024, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014 e no Decreto Municipal nº 42696/2016 e suas alterações, e consoante autorização da Sra. Secretária Municipal de Ciência e Tecnologia, devidamente publicada no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, em ____/____/2024, às fls. _____, assinam o presente TERMO DE COLABORAÇÃO, mediante as seguintes CLÁUSULAS e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente TERMO reger-se-á por toda a legislação aplicável à espécie, e ainda pelas disposições que a completarem, cujas normas, desde já, entendem-se como integrantes deste, em especial pelas normas gerais da Lei Federal nº 13.019, de 31.07.2014 e suas alterações; do Decreto nº 42696 de 2016; do Decreto nº 21.083, de 20.02.2002; do Decreto nº 32.318, de 7.06.2010; pelas normas do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro (CAF), instituído pela Lei nº 207, de 19.12.1980, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar nº 01, de 13.09.1990; pelas normas do Regulamento Geral do Código supracitado (RGCAF), aprovado pelo Decreto nº 3.221, de 18.09.1981 e suas alterações; bem como pelas demais normas citadas no Edital de Chamamento Público n.º XXX, as quais a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL declara conhecer e se obriga a respeitar, ainda que não transcritas neste instrumento.



CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente Plano de Trabalho visa o fornecimento de informações a Organizações da Sociedade Civil de natureza social e/ou educacional, cedidas e/ou com filial no município do Rio de Janeiro, interessadas em apresentar proposta para a celebração de Termo de Colaboração, com fundamento na lei Federal 13.019/2014, a fim de realizar a execução integral do projeto “Nave Satélite”, cujo objetivo é a implantação de 3 unidades em diferentes áreas de planejamento da cidade, com foco em realização de estratégias formativas em tecnologias da informação e inserção no mercado de trabalho, letramento digital e acesso à direitos, abordagem STEAM, acesso à novas tecnologias, tendo como premissa a democratização do conhecimento a fim de que todos as regiões atendidas tenham acesso às oportunidades oferecidas pelas tecnologias digitais, tais ações podem configurar-se como cursos, oficinas, workshops e eventos. O público alvo é composto de público infantil, jovens e também para adultos e pessoas da terceira idade. O objetivo do programa é criar e oferecer aos usuários diversos ambientes de alta tecnologia com interfaces de comunicação e objetos midiáticos digitais que sejam intuitivos e de fácil utilização.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL possui as seguintes obrigações:

- (i) Desenvolver, em conjunto com o MUNICÍPIO, o objeto da parceria conforme o Plano de Trabalho (Anexo I) e a Planilha de Custos (Anexo II);
- (ii) Arcar com todos os demais custos que superem a estimativa prevista na Planilha de Custos (Anexo II);
- (iii) Prestar, sempre que solicitadas, quaisquer outras informações sobre a execução financeira desta parceria;
- (iv) Permitir a supervisão, fiscalização, monitoramento e avaliação do MUNICÍPIO sobre o objeto da presente parceria;
- (v) Não exigir de terceiros, seja a que título for, quaisquer valores em contraprestação do atendimento prestado;
- (vi) Manter atualizadas as informações cadastrais junto ao MUNICÍPIO comunicando-lhe imediatamente quaisquer alterações em seus atos constitutivos;
- (vii) Selecionar e contratar os profissionais necessários à consecução da presente parceria, nos termos dos documentos referidos no item i desta CLÁUSULA, anotando e dando baixa nas respectivas carteiras profissionais, quando for o caso, observando a legislação vigente e, em particular, a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT;
- (viii) Recolher, na condição de empregador, todos os encargos sociais,

M



previdenciários e fiscais, oriundos das referidas contratações;

(ix) Responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no presente TERMO, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

(x) Manter o valor da parcela mensal referente a verbas rescisórias, quando for o caso, bem como os saldos das parcelas não utilizadas, em aplicação financeira, na forma da regulamentação específica da Secretaria Municipal de Fazenda;

(xi) Abrir conta corrente bancária específica isenta de tarifa bancária na _____ (instituição financeira indicada pelo Município), apresentando o extrato zerado da referida conta à Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia

(xii) Permitir o livre acesso dos agentes da administração pública aos processos, aos documentos, às informações relacionadas a termos de colaboração/fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

(xiii) Os bens permanentes porventura adquiridos, produzidos ou transformados com recursos transferidos deverão ser obrigatoriamente entregues ao Município em até 30 (trinta) dias do término da parceria, observada a CLÁUSULA SEXTA.

(xiv) Arcar com os acréscimos decorrentes de atraso de pagamentos a que a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL tenha dado causa, tais como juros ou qualquer tipo de correção/atualização, dentre outros;

(xv) Prestar contas da aplicação dos recursos repassados na forma da CLÁUSULA DÉCIMA do presente instrumento, mantendo em boa ordem e guarda todos os documentos originais que comprovem as despesas realizadas no decorrer da parceria durante o prazo de 10 (dez) anos;

(xvi) Apresentar relatórios de Execução do Objeto e de Execução Financeira, conforme previsto na CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA, parágrafo primeiro;

(xvii) Divulgar a presente parceria na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações a presente parceria, na forma do Artigo 47 do Decreto Municipal nº 42696/2016;

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O MUNICÍPIO possui as seguintes obrigações:

(i) Através da Comissão Gestora, supervisionar, fiscalizar, monitorar e avaliar a execução do Plano de Trabalho objeto do presente TERMO;



(ii) Repassar à ORGANIZAÇÃO DE SOCIEDADE CIVIL os recursos necessários à execução deste TERMO;

(iii) Receber, analisar e emitir parecer técnico conclusivo sobre a prestação de contas das verbas recebidas pela ORGANIZAÇÃO DE SOCIEDADE CIVIL;

(iv) Elaborar Relatório de Visita Técnica in loco e Relatório Técnico e de Monitoramento e Avaliação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS VEDAÇÕES

É vedado, no âmbito desta parceria:

(i) utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;

(ii) remunerar, com recursos da parceria, cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de agente público que exerça, no órgão ou entidade da Administração Municipal, cargo de natureza especial, cargo de provimento em comissão ou função de direção, chefia ou assessoramento;

(iii) pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

(iv) realizar despesa em data anterior à vigência da parceria;

(v) efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo se expressamente autorizado pela autoridade competente da Administração Municipal e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência da parceria;

(vi) transferir recursos para clubes, associações de servidores, partidos políticos ou quaisquer entidades congêneres;

(vii) realizar despesas com:

(a) multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Municipal na liberação de recursos financeiros;

(b) publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;



TECPRO202400021V02



(c) pagamento de pessoal contratado pela organização da sociedade civil que não atendam às exigências do art. 29 do Decreto Municipal nº 42696/2016;

(d) obras que não sejam de mera adaptação e de pequeno porte.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOAÇÃO DOS BENS MÓVEIS

Os bens móveis remanescentes adquiridos, produzidos ou transformados com recursos transferidos do Município, mediante autorização da autoridade competente, e desde que se tenham tornado obsoletos, imprestáveis, de recuperação antieconômica ou inservíveis ao serviço público, poderão ser doados, com ou sem encargos, à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, cujo fim principal consista em atividade de relevante valor social.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO

O prazo do presente TERMO é de 12 (doze) meses, de ____/____/____ a ____/____/____, a contar da publicação do extrato.

Parágrafo Primeiro: O prazo descrito no *caput* poderá ser prorrogado em períodos iguais e sucessivos, limitados à duração máxima de 60 (sessenta) meses, desde que demonstrada a vantajosidade para o MUNICÍPIO e cumpridas as metas e indicadores estabelecidos.

Parágrafo Segundo: A vigência da parceria poderá ser alterada, mediante solicitação da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada junto ao MUNICÍPIO em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência, ou por solicitação do MUNICÍPIO dentro do período de sua vigência.

Parágrafo Terceiro: O prazo descrito no *caput* poderá ser prorrogado de ofício pelo MUNICÍPIO, antes do seu término, quando este der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada ao exato período do atraso verificado, e informado no Sistema de Contabilidade e Execução Orçamentária – FINCON.

CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES

A Administração Pública Municipal poderá autorizar ou propor a alteração do termo de fomento ou de colaboração ou do plano de trabalho, após, respectivamente, solicitação fundamentada da organização da sociedade civil ou sua anuência, desde que não haja alteração de seu objeto, da seguinte forma:

(i) por termo aditivo à parceria para:

(a) ampliação do valor global, no limite máximo de até trinta por cento;



- (b) redução do valor global, sem limitação de montante;
 - (c) prorrogação da vigência, em períodos iguais e sucessivos, limitados à duração máxima de 60 (sessenta) meses;
 - (d) alteração da destinação dos bens remanescentes; ou
- (ii) por certidão de apostilamento, nas demais hipóteses de alteração, tais como:
- (a) utilização de rendimentos de aplicações financeiras antes do término da execução da parceria; ou
 - (b) remanejamento de recursos sem a alteração do valor global.

Parágrafo Único: Sem prejuízo das alterações acima previstas, a parceria deverá ser alterada por certidão de apostilamento, independentemente de anuência da organização da sociedade civil, para:

- (i) prorrogação da vigência, antes de seu término, quando o órgão ou a entidade da administração pública municipal tiver dado causa ao atraso na liberação de recursos financeiros, ficando a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado e
- (ii) indicação dos créditos orçamentários de exercícios futuros.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE

Nos termos do Decreto Municipal nº 42696/2016, o reajuste de preços, se cabível, somente será devido, por ocasião da prorrogação da vigência do termo de colaboração, desde que mantida a vantajosidade para a Administração e observados os seguintes fatores:

- (i) no caso das despesas e custos atrelados à mão de obra principal utilizada no objeto da parceria, deverá ser demonstrada de forma analítica a variação dos custos conforme acordo ou convenção coletiva de regência da categoria;
- (ii) em relação aos demais custos e despesas previstos no Termo, será observado o reajuste medido pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado-Especial (IPCA-E) do IBGE, a cada período de 10 (dez) meses, a contar da data da publicação do extrato do Termo.

Parágrafo Primeiro: Fica vedada a inclusão de benefícios não previstos na proposta inicial da parceria, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva.

Parágrafo Segundo: O pleito de reajuste deverá ser apresentado através de



planilha analítica, sendo submetida à análise da Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia.

Parágrafo Terceiro: Os eventuais reajustes serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação do Termo de Parceria/Fomento ou com o encerramento da vigência da parceria.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO VALOR E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

O valor do presente TERMO é de R\$ 8.926.415,68 (oito milhões, novecentos e vinte e seis mil, quatrocentos e quinze reais e sessenta e oito centavos), e correrá a conta do PT 36.01.19.573.0609.2937; FR 1.500.100; ND 33.50.85.04, e será pago em 4 (três) parcelas trimestrais, nos valores discriminados abaixo, tendo sido emitida(s) a(s) Nota(s) de Empenho Nº _____, em ___/___/2024, no valor de R\$ _____ (_____).

1ª Parcela	R\$ 3.312.010,78 (três milhões, trezentos e doze mil e dez reais e setenta e oito centavos)
2ª Parcela	R\$ 1.871.468,30 (um milhão oitocentos e setenta e um mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e trinta centavos)
3ª Parcela	R\$ 1.871.468,30 (um milhão oitocentos e setenta e um mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e trinta centavos)
4ª Parcela	R\$ 1.871.468,30 (um milhão oitocentos e setenta e um mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e trinta centavos)

Parágrafo Primeiro: O cronograma de desembolso representa previsão inicial de repasses, sendo certo que estes ocorrerão conforme a apresentação da prestação de contas. Quando os recursos forem repassados em três ou mais parcelas, a terceira ficará condicionada à apresentação da prestação de contas da primeira parcela, e assim sucessivamente, de modo que se permita à instituição possuir em sua conta o montante correspondente a um repasse inicial previsto no cronograma. Após a aplicação da última parcela será apresentada a prestação de contas final dos recursos recebidos.

Parágrafo Segundo: Os recursos previstos no *caput* serão repassados, mediante transferência eletrônica, através de crédito em conta bancária específica, vinculada à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, onde serão movimentados, vedada a utilização da conta para outra finalidade, conforme descrito no subitem 16.01 do Edital.

Parágrafo Terceiro: A primeira parcela será liberada em até 30 (trinta) dias após a celebração do TERMO e as demais, trimestralmente, na forma estipulada no



TECPRO202400021V02



cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho.

Parágrafo Quarto: É vedado o repasse de recursos caso não seja aprovada a prestação de contas do penúltimo repasse efetuado.

Parágrafo Quinto: Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária no BANCO SANTANDER S/A e, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados, conforme regulamento específico.

Parágrafo Sexto: Os rendimentos de ativos financeiros e eventuais saldos remanescentes poderão ser aplicados pela organização da sociedade civil na ampliação de metas do objeto da parceria, desde que no curso de sua vigência e mediante aprovação da alteração no plano de trabalho pela autoridade pública competente.

Parágrafo Sétimo: Na eventual celebração de termos aditivos, indicar-se-ão os créditos e empenhos para sua cobertura, e de cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

As prestações de contas parciais devem ser apresentada até 45 (quarenta e cinco) dias após terminado o período a que se refere a parcela, sendo a última entregue até 90 (noventa) dias após o término da presente parceria, acompanhada do comprovante de devolução do saldo.

Parágrafo Primeiro: A prestação de contas será instruída com os documentos indicados na Resolução CGM nº 1.285/2017.

Parágrafo Segundo: A prestação de contas somente será recebida pelo MUNICÍPIO se estiver instruída com todos os documentos referidos no PARÁGRAFO PRIMEIRO.

Parágrafo Terceiro: No caso de erro nos documentos apresentados, serão devolvidos à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, ficando o repasse da parcela subsequente condicionado à reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Quarto: Os mapas, demonstrativos e relatórios físico-financeiros deverão conter assinatura do representante legal da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, bem como de contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

Parágrafo Quinto: Os documentos fiscais originais deverão conter carimbo ou dizeres com os seguintes termos: "Prestação de Contas nº XXX/XXXX – TERMO DE COLABORAÇÃO Nº XXX/XXXX, entre a (Instituição) e a Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia".



Parágrafo Sexto: A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá manter em boa ordem e guarda todos os documentos originais que comprovem as despesas realizadas no decorrer da parceria durante o prazo de 10 (dez) anos.



TECPRO202400021V02



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FORMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A execução do objeto da parceria será acompanhada pela Administração Pública por meio de ações de monitoramento e avaliação, para fins de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto, na forma do regulamento.

Parágrafo Primeiro: No exercício das ações de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto da parceria, a Administração Pública:

I- designará o gestor da parceria, agente público responsável pela gestão da parceria, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização;

II- designará a comissão de monitoramento e avaliação, órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar a parceria, constituído por ato específico publicado em meio oficial de comunicação;

III- emitirá relatório(s) técnico(s) de monitoramento e avaliação, na forma e prazos previstos na legislação regente e neste instrumento, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução da presente parceria, para fins de análise da prestação de contas anual, quando for o caso;

IV- realizará visita técnica in loco para subsidiar o monitoramento da parceria, nas hipóteses em que esta for essencial para verificação do cumprimento do objeto da parceria e do alcance das metas;

V- realizará, sempre que possível, nas parcerias com vigência superior a 1 (um) ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

VI- examinará o(s) relatório(s) de execução do objeto e, quando for o caso, o(s) relatório(s) de execução financeira apresentado(s) pela OSC, na forma e prazos previstos na legislação regente e neste instrumento;

VII- poderá valer-se do apoio técnico de terceiros; e

VIII- poderá delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se



TECPRO202400021V02



situem próximos ao local de aplicação dos recursos.

Parágrafo Segundo: Observado o disposto nos §§ 3º, 6º e 7º do art. 35 da Lei nº 13.019, de 2014, a Administração Pública designará servidor público que atuará como gestor da parceria e ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 daquela Lei e pelas demais atribuições constantes na legislação regente. Dentre outras obrigações, o gestor é responsável pela emissão do parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final.

Parágrafo Terceiro: No caso de parceria financiada com recursos de fundo específico, o monitoramento e a avaliação serão realizados pelo respectivo conselho gestor (art. 59, §2º, da Lei nº 13.019, de 2014). Nesta hipótese, o monitoramento e a avaliação da parceria poderão ser realizados por comissão de monitoramento e avaliação a ser constituída pelo respectivo conselho gestor, conforme legislação específica, respeitadas as exigências da Lei nº 13.019, de 2014 e de seu regulamento.

Parágrafo Quarto: O relatório técnico de monitoramento e avaliação, de que trata o inciso III do Parágrafo Segundo, deverá conter os elementos dispostos no §1º do art. 59 da Lei nº 13.019, de 2014, e o parecer técnico de análise da prestação de contas anual, conforme previsto no art. 44, inciso III, do Decreto nº 42.696, de 2016, e será submetido à comissão de monitoramento e avaliação, que detém a competência para avaliá-lo e homologá-lo.

Parágrafo Quinto: A visita técnica in loco, de que trata o inciso IV do Parágrafo Primeiro, não se confunde com as ações de fiscalização e auditoria realizadas pela administração pública federal, pelos órgãos de controle interno e pelo Tribunal de Contas da União. A OSC deverá ser notificada previamente no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis anteriores à realização da visita técnica in loco.

Parágrafo Sexto: A pesquisa de satisfação, de que trata o inciso V do Parágrafo Primeiro, terá por base critérios objetivos de apuração da satisfação dos beneficiários e de apuração da possibilidade de melhorias das ações desenvolvidas pela OSC, visando a contribuir com o cumprimento dos objetivos pactuados e com a reorientação e o ajuste das metas e das ações definidas. A pesquisa poderá ser realizada diretamente pela administração pública federal, com metodologia presencial ou à distância, com apoio de terceiros, por delegação de competência ou por meio de parcerias com órgãos ou entidades aptas a auxiliar na realização da pesquisa.

Parágrafo Sétimo: Sempre que houver pesquisa de satisfação, a sistematização será



TECPRO202400021V02



circunstanciada em documento que será enviado à OSC para conhecimento, esclarecimentos e eventuais providências. A OSC poderá opinar sobre o conteúdo do questionário que será aplicado.

Parágrafo Oitavo: Sem prejuízo da fiscalização pela Administração Pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelo conselho de política pública setorial eventualmente existente na esfera de governo federal. A presente parceria estará também sujeita aos mecanismos de controle social previstos na legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste TERMO, do Plano de Trabalho, bem como por execução da parceria em desacordo com a Lei Federal nº 13.019/2015 e com o Decreto Municipal nº 42696/2016, o MUNICÍPIO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL as seguintes sanções:

(i) Advertência;

(ii) Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

(iii) Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso (ii).

Parágrafo Único: As sanções estabelecidas nos incisos ii e iii são de competência exclusiva da Secretária Municipal de Ciência e Tecnologia, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADE

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL assume, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da contratação de pessoal necessária à boa e perfeita execução do presente TERMO, e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros.



TECPRO202400021V02



Parágrafo Primeiro: Os danos e prejuízos deverão ser ressarcidos ao MUNICÍPIO no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contadas da notificação à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL do ato administrativo que lhes fixar o valor, sob pena de aplicação de penalidades na forma da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA.

Parágrafo Segundo: O MUNICÍPIO não é responsável pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no presente TERMO, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

Parágrafo Terceiro: O MUNICÍPIO não será responsável por quaisquer compromissos assumidos pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente TERMO, bem como por seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DA DENÚNCIA

O presente instrumento pode ser denunciado antes do término do prazo inicialmente pactuado, após manifestação expressa, por ofício ou carta remetida à outra parte, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias. Nesta hipótese, as partes definirão através de Termo de Encerramento as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades em relação à conclusão ou extinção do trabalho em andamento.

Parágrafo Único: Por ocasião da denúncia, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à entidade ou ao órgão repassador dos recursos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade responsável pela parceria, com encaminhamento posterior à conclusão à Controladoria Geral do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO

No caso de detecção de quaisquer irregularidades cometidas pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, o MUNICÍPIO poderá rescindir o presente TERMO, sem necessidade de antecedência de comunicação.

Parágrafo Único: Na ocorrência de rescisão, o MUNICÍPIO suspenderá imediatamente todo e qualquer repasse à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, ficando esta obrigada a prestar contas das importâncias recebidas e a devolver os saldos financeiros remanescentes,

M



inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade responsável pela parceria, com encaminhamento posterior à conclusão à Controladoria Geral do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RETOMADA DOS BENS E ASSUNÇÃO DE RESPONSABILIDADE

No caso de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, somente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, o MUNICÍPIO poderá, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

(i) retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

(ii) assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL até o momento em que o MUNICÍPIO assumir essas responsabilidades.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA MANUTENÇÃO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá manter as condições de habilitação previstas no Edital durante o curso do presente TERMO.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO

Até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, deverá ser providenciada a publicação do presente instrumento, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, em extrato, no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, à conta do Município.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO CONTROLE ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

O MUNICÍPIO providenciará a remessa de cópias do presente TERMO ao órgão de controle interno do Município, no prazo de 5 (cinco) dias, contados de sua assinatura e ao Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação de seu extrato, respectivamente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO



Fica eleito o foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, renunciando, desde já, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL a qualquer outro que porventura venha a ter, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente TERMO em 06 (seis) vias de igual teor e validade, juntamente com as testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de ____.

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
TATIANA MARINS ROQUE
Secretária Municipal de Ciência e Tecnologia

NOME DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL

Testemunhas:

Nome

Nome



ANEXO IV AO EDITAL DE CHAMAMENTO
CARTA DE CREDENCIAMENTO
(em papel timbrado da empresa)

Nome do Órgão: **SECRETARIA MUNICIPAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**
Ref. **CHAMAMENTO PÚBLICO – CP N° 02/2024**

Prezados Senhores,

Pela presente, fica credenciado (a) o (a) Sr (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____, expedida em ____/____/____ para representar a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____ na seleção **Chamamento Público – CP nº 01/2024**, a ser realizada em ____/____/____, podendo para tanto praticar todos os atos necessários, inclusive prestar esclarecimentos, receber notificações, interpor recursos e manifestar-se sobre a sua renúncia e eventual desistência.

Atenciosamente,

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2024.

(Assinatura, nome e cargo do representante legal da empresa – Firma Reconhecida)

Obs.: Este credenciamento deverá ser apresentado em papel timbrado da empresa, com firma reconhecida e deverá ser entregue a Comissão Especial no momento do credenciamento, fora de qualquer envelope.



TECPRO202400021V02



MODELO DO ANEXO V AO EDITAL DE CHAMAMENTO

**DECLARAÇÃO DE QUE ORGANIZAÇÃO DE SOCIEDADE CIVIL NÃO POSSUI
EM SUA DIRETORIA PESSOAS QUE PARTICIPEM DA DIRETORIA DE OUTRA
FUNDAÇÃO PRIVADA OU ASSOCIAÇÃO**

Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia - SMCT
Chamamento Público nº 02/2024

_____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, para os devidos fins de participação no Chamamento Público supracitado que **não possui na sua diretoria pessoas que participem da diretoria de outra fundação privada ou associação (Decreto Municipal N.º 25.459/2005).**

Rio de Janeiro, ____ de _____ de _____.

(Assinatura, nome e cargo do representante legal da instituição)



**MODELO DO ANEXO VI AO EDITAL DE CHAMAMENTO
DECLARAÇÃO DE INSTRUMENTOS JURÍDICOS FIRMADOS**

Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia - SMCT
Chamamento Público nº 02/2024

_____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, para fins de participação no chamamento público supracitado que **não mantém 12 (doze) ou mais instrumentos jurídicos firmados com o Município do Rio de Janeiro.**
Segue relação dos instrumentos jurídicos formalizados:

(Deverá ser informado o número de cada instrumento, o órgão signatário, data inicial, final, valor mensal e total, número do processo).

Rio de Janeiro, ____ de _____ de _____

(Assinatura, nome e cargo do representante legal da instituição)



**MODELO DO ANEXO VII DO EDITAL DE CHAMAMENTO
DECLARAÇÃO DE EXECUÇÃO SEM SUBDELEGAÇÃO**

Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia - SMCT
Chamamento Público nº 02/2024.

_____, inscrita no CNPJ nº _____, por
intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a)
_____, portador(a) da Carteira de Identidade
nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, para fins de participação
no chamamento público supracitado que **funciona sem realizar subdelegação
para execução de quaisquer de suas atividades-fim:**

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

(Assinatura, nome e cargo do representante legal da organização da sociedade
civil)



MODELO DO ANEXO VIII DO EDITAL DE CHAMAMENTO

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE AO DECRETO MUNICIPAL Nº
19.381/2001

SECRETARIA MUNICIPAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2024

_____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, sob as penalidades cabíveis, que não possui no quadro funcional, profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º Escalões da Administração Pública Municipal, nos últimos 12 (doze) meses, nos termos do Parágrafo Único do artigo 2º do Decreto "N" nº 19.381/2001.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 20____.

(Assinatura, nome, cargo do representante legal da organização da sociedade civil)



**MODELO DO ANEXO IX DO EDITAL DE CHAMAMENTO
DECLARAÇÃO REFERENTE A ILÍCITOS TRABALHISTAS**

Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia - SMCT
Chamamento Público nº 02/2024

_____, organização da sociedade civil inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA** que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Ressalva:

() Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de _____.

(Assinatura, nome e cargo do representante legal da instituição)

Obs.:

- 1) *Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.*
- 2) *Esta declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da instituição.*



**MODELO DO ANEXO X DO EDITAL DE CHAMAMENTO
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO**

Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia - SMCT
Chamamento Público nº 02/2024

_____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins de participação no chamamento público supracitado, que não incide em nenhuma das hipóteses de impedimento previstas no item (7) do Edital.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de _____.

(Assinatura, nome e cargo do representante legal da organização da sociedade civil)



**MODELO DO ANEXO XI DO EDITAL DE CHAMAMENTO
DECLARAÇÃO DE COTA MÍNIMA**

Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia - SMCT
Chamamento Público nº 02/2024

_____, inscrita no CNPJ nº _____, por
intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a)
da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**,
para fins de participação no chamamento público supracitado que **observa as
cotas mínimas para pessoa de cor negra e mulheres (Decreto Municipal N.º
21.083/02)**.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de _____.

(Assinatura, nome e cargo do representante legal da organização da sociedade
civil)



**MODELO DO ANEXO XII DO EDITAL DE CHAMAMENTO CRITÉRIOS
DE JULGAMENTO DA PROPOSTA - Edital n.º 01/2024**

A	Fator Grau de Adequação	De 0 a 10
	(i) Grau de adequação aos objetivos específicos do programa ou ação em que se insere o tipo de parceria.	
E	Fator Experiência	De 0 a 10
	(i) Experiência da organização da sociedade civil correspondente ao tempo, em anos, na execução do objeto da parceria ou de natureza semelhante. (ii) Experiência da organização da sociedade civil correspondente à quantidade de instrumentos jurídicos, certidões ou atestados comprovando a execução do objeto da parceria ou de natureza semelhante. (iii) Experiência do responsável técnico pela execução do objeto da parceria, demonstrando notória competência na área de atuação do objeto da parceria, a ser comprovado mediante certidões e/ou atestados.	
C	Fator Capacidade Operacional	De 0 a 60
	(i) Dados técnicos da execução das tarefas e a metodologia empregada. (ii) Infraestrutura de apoio, declarando os equipamentos e programas (inclusive os recursos de informática quando for o caso), assim como o suporte técnico/operacional disponível na organização da sociedade civil para, eventualmente, apoiar a equipe que executará as atividades. (iii) Organograma da equipe a ser alocada aos serviços com a descrição da qualificação do pessoal necessário, as atribuições e as responsabilidades das diversas áreas, bem como a lotação de cada uma dessas áreas.	
P	Fator Preço (quanto maior, menor será a pontuação)	De 0 a 20
	Preço/valor de referência	

